

Ata n.º 11/2018

do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No dia 10 de outubro de 2018, pelas 15h10m, teve início a reunião do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, presidida pelo Professor José Duarte Nogueira e secretariada pela Professora Míriam Afonso Brigas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. **Ata da sessão anterior.**
2. **Pessoal.**
3. **Distribuição de serviço docente.**
4. **Mestrados e Doutoramentos.**
5. **Equivalências.**
6. **Regulamento da fraude.**
7. **Regulamento da Avaliação de Desempenho.**
8. **Cooperação Jurídica.**
9. **Relações Internacionais.**
10. **Outros assuntos e informações.**

Estiveram presentes, para além do Presidente e da Secretária, os Professores António Menezes Cordeiro, Miguel Teixeira de Sousa, Maria Fernanda Palma, Dário Moura Vicente, Vasco Pereira da Silva, Maria João Estorninho, Ana Maria Guerra Martins, Ana Paula Dourado, Margarida Salema, Miguel Nogueira de Brito, Miguel Moura e Silva, Pedro Caridade de Freitas e Lourenço Vilhena de Freitas. O Professor Luís Menezes Leitão foi substituído pela Professora Adelaide Menezes Leitão e a Professora Helena Morão pelo Professor Daniel Bettencourt Morais. O Professor Pedro Romano Martinez substituiu o Professor Fernando Araújo. Tratando-se de uma sessão aberta a todo o Colégio dos Doutores da Faculdade, estiveram ainda presentes os Professores Eduardo Vera-Cruz Pinto e Ana Margarida Pires Seixas.

0. Antes da Ordem de Trabalhos.

0.1. Antes da Ordem de Trabalhos, o Professor Menezes Cordeiro referiu-se ao processo de avaliação dos Centros de Investigação da Faculdade que iria iniciar-se brevemente. Depois de salientar a importância da avaliação pelos potenciais efeitos

negativos, manifestou a sua discordância em relação aos princípios subjacentes à avaliação, desde logo em relação ao facto de as entrevistas estarem a ser conduzidas por uma equipa de docentes sem ligação académica a muitas das matérias objeto de investigação nos Centros em avaliação e sem conhecimento da realidade jurídica universitária portuguesa, conforme se podia deduzir pelos elementos curriculares conhecidos. Realçou a importância de a matéria ser debatida na Faculdade, à semelhança do que tenciona promover no Centro de Investigação de Direito Privado. O Professor Vasco Pereira da Silva secundou as afirmações do Professor Menezes Cordeiro, no que foi acompanhado pelo Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto, como coordenador do Centro de Investigação Teoria e História do Direito (THD e por outros docentes.

0.2. Em seguida o Professor Vasco Pereira da Silva deu conhecimento ao Conselho de que iria receber o doutoramento *honoris causa* pela Faculdade de Direito da Universidade de Leibniz de Hannover, Alemanha (Juristische Fakultät Leibniz Universität Hannover), no dia 2 de novembro, às 16h, em sessão para o efeito na Leibnizhaus, na cidade de Hannover. O Professor Menezes Cordeiro felicitou o Professor Vasco Pereira da Silva, considerando que a homenagem para além de honrar o agraciado, honrava igualmente a Faculdade, no que foi acompanhado pelos demais docentes presentes no Conselho e pelo Presidente.

1. Ponto 1 da OT. (Ata da sessão anterior)

O Presidente chamou a atenção que tinha sido enviado um segundo projeto de ata da sessão anterior, no qual tinham sido introduzidos pequenos ajustamentos em relação à versão inicialmente enviada, por indicação de alguns docentes. Nada havendo a opor por parte do Conselho, a ata foi aprovada por unanimidade.

2. Ponto 2 da OT. (Pessoal)

2.1. Foram designados os Professores Menezes Cordeiro e Dário Moura Vicente para relatores dos pareceres relativos à apreciação do período experimental do Professor Auxiliar Diogo Costa Gonçalves, a realizar nos termos do disposto no Despacho n.º 15262/2015, de 7 de dezembro.

2.2. Foram dados pareceres favoráveis, condicionados à inexistência de prejuízo para o serviço docente na Faculdade, aos pedidos de acumulação de funções docentes dos Professores Maria Margarida Salema d'Oliveira Martins, Susana Videira e João Gomes de Almeida, com a Universidade Lusíada; do Professor Miguel Assis

Raimundo com a Universidade Católica; dos Professores Sofia Henriques, Rui Guerra da Fonseca e do Mestre David Carvalho Martins com a Universidade Europeia.

2.3. Foi dado conhecimento ao Conselho dos pedidos de licenças sabáticas da Professora Paula Vaz Freire, para o segundo semestre do ano letivo 2018/2019 e da Professora Paula Costa e Silva, para o ano letivo 2019/2010, previamente remetidos aos Grupos respetivos. O Conselho nada teve a opor ao solicitado.

3. Ponto 3 da OT (Distribuição de Serviço Docente).

Foram colocadas à aprovação as distribuições de serviço docente para o ano letivo de 2018/2019, dos Grupos de Ciências Histórico-Jurídicas e Ciências Jurídico-Económicas previamente distribuídas. O Presidente do Conselho informou que, no caso do Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas, tinham sido, entretanto, efetuados alguns ajustamentos em relação à versão distribuída, na sequência da contratação dos assistentes convidados. As distribuições de serviço docente dos Grupos de Ciências Histórico-Jurídicas e Ciências Jurídico-Económicas para o ano letivo de 2018/2019, foram aprovadas por unanimidade (Docs. 1 e 2). Sobre o mesmo assunto, o Professor Menezes Cordeiro informou o Conselho que no Grupo de Ciências Jurídicas não existia nenhum docente em sobrecarga.

4. Ponto 4 da OT (Mestrados e Doutoramentos).

4.1. Questões transversais.

4.1.1. O Presidente do Conselho solicitou ao Professor Paulo Sousa Mendes que, na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos Pós-Graduados, fizesse o ponto de situação dos júris de Mestrado que terão de ser concluídos até ao final do ano.

Na sequência, este informou o Conselho de que estavam a ser ultimadas fichas individuais a enviar nos próximos dias aos Presidentes dos Júris de Mestrado, das quais constavam os nomes dos mestrandos cujas dissertações deveriam ser discutidas. Solicitava a maior atenção à marcação das provas, considerando os limites temporais para a respetiva realização previamente fixados pelo Conselho. Mencionou a existência de 248 provas de Mestrado a marcar, prevendo-se a entrega de mais 29 até ao final do ano. Destas existiam 182 provas com júri constituído, devendo a constituição dos restantes ser feita nos próximos tempos. Recordou ainda o despacho há algum tempo emitido pelo Senhor Diretor, no qual era dada prioridade a estas provas face às demais atividades docentes e ao despacho de delegação de

g

competências no Presidente da Comissão de Estudos Pós-Graduados em matéria de constituição de júris de Mestrado em Direito e Prática Jurídica, igualmente aplicável aos antigos Mestrados Profissionalizantes. Em matéria de constituição de júris deu conta da disponibilidade que se revelasse necessária, manifestada pelo Professor Januário da Costa Gomes, para integrar os júris. Referiu por fim a necessidade de alterar o regime atualmente aplicável em matéria de Mestrados respeitante ao agendamento dos júris, salientando a importância de se conseguir agilizar junto do Reitor da Universidade o processo de marcação de provas através da plataforma eletrónica Fénix, de modo a libertar os serviços de algum trabalho.

A Professora Fernanda Palma agradeceu o trabalho desenvolvido pelo Professor Sousa Mendes, salientando, todavia, a necessidade de a Faculdade aligeirar a carga de trabalho administrativo dos docentes, nestas matérias, libertando-os para as atividades académicas, afinal a sua função primordial, no que foi acompanhada pela Professora Ana Maria Guerra Martins. Seguiu-se uma troca de ideias com a intervenção de vários docentes, designadamente os Professores Menezes Cordeiro, Dário Moura Vicente, Maria João Estorninho e Ana Paula Dourado.

4.2. Mestrados

4.2.1. Foi apresentado o pedido de escusa do Professor José Bonifácio Ramos relativo à participação nos júris de Mestrado de Lourenço Noronha dos Santos e de Marisol Pinheiro (Docs. 3 e 4), por se encontrar em licença sabática. O Professor Dário Moura Vicente propôs ao Conselho a sua substituição pelo Professor José Alberto Coelho Vieira. As alterações foram aprovadas por unanimidade.

4.2.2. Foi aprovado por unanimidade o pedido de alteração de tema de estágio (Mestrado em Prática Jurídica) apresentado por Nuno Brites (Doc. 5).

4.2.3. Foi aprovado por unanimidade, o pedido de alteração de modalidade da dissertação para estágio (Mestrado em Prática Jurídica) apresentado por Filipe Dias do Nascimento (Doc. 5).

4.2.4. Foi aprovado por unanimidade o pedido de alteração do tema da Dissertação (Mestrado em Prática Jurídica) apresentado por Bárbara Fernandes Quina Correia Franco (Doc. 6).

4.2.5. Foi aprovado por unanimidade o pedido de alteração do tema de dissertação (Mestrado em Prática jurídica) apresentado por João Gonçalo Teixeira Pinto Batista Gonçalves (Doc. 6).

4.2.6. Foi aprovado por unanimidade o pedido de alteração do tema da

12/10

dissertação (Mestrado Profissionalizante) apresentado por Leila Joana Carriço de Jesus Brás (Doc. 7).

4.2.7. Foi aprovado por unanimidade o pedido de alteração do tema da dissertação (Mestrado Científico) apresentado por Renê da Silva Freitas e Ana Carolina Reis Pinto (Doc. 7).

4.2.8. Foram aprovados por unanimidade os Júris de Mestrado de Ciências Jurídicas de Catarina Maria Alves Cardiga, Sofia Alves Amarante, Sofia Dalila Vale da Silva, Raquel Filipa Ascensão Matias, Anabela Gomes Marques, Ana Maria Fraga de Sá, Bárbara Gomes Machado, Bruna Alexandra Golias Noga, Célia Cristina Safoeiro Rodrigues Cordeiro, Daniel Gonçalinho Monteiro, Digo Miguel Alcaçarenho Rosa, Daniela Cristina Teixeira de Magalhães, Dário Ferreira Valério, Fanny Manuela Mbiya, Hyneida Lima Andrade, Jessica Margarida Sousa de Veiga, Jorge Miguel Cunha Palavra, Laura Popa, Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro, Maria Eugénia Pereira Melo, Marlene Patrícia Fernandes Matias, Miguel Ângelo Araújo Fonseca, Patrícia Alexandra das Dores Alves, Patrícia Sofia Ferreira Valente, Weza Benilde da Conceição Adão e Ye Zhi Yin (Doc. 8).

4.2.8.1. O Professor Daniel Morais referiu que, nos termos do artigo 38.º n.º 10 do Regulamento do Mestrado e do Doutoramento, deveria ser incluído no júri de Sofia Alves Amarante o Dr. João Flamingo, da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) (Doc. 8). O Conselho aprovou por unanimidade.

4.2.9. Foram aprovados por unanimidade os Júris de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas de Alex Nogueira da Tridade, André Ortega Baptista Pestana da Costa, Ana Catarina Amaral Teixeira, Carlota Varela Rodrigues Gonçalves de Jesus, Inês Tenreiro Tadeu de Sousa, Leidys Del Carmen Alvarez Maguin, Manuela Bucayuva Carvalho, Marcela Caroline Vaz Gironi, Maria Madalena Rodrigues de Oliveira Paixão, Ana Margarida Dias Fernandes, João Gonçalo Teixeira Pinto Batista Gonçalves, Márcia Andreia Marques Tavares, Tatiana Pereira Nunes, Ana Maria de Sousa Pacheco, Maria Francisco Algarvio Apóstolo, Michelle Passos da Silva, Pedro Miguel da Silva Cruz, Thiago Huver de Jesus, Ana Cristina Aguiar de Freitas Martins, Fernando Manuel da Luz Gomes, Helena Maria Seródio Batista Lisboa, Rui Luís Gomes Cruz e Juliana Freitas dos Santos (Doc. 9).

4.2.9.1. Considerando o tema da dissertação de Carlota Varela Rodrigues Gonçalves de Jesus “O Terrorismo e a Jurisdição penal Internacional”, a Professora Maria Fernanda Palma salientou a conveniência em incluir no júri um membro oriundo da área do Direito Penal, tendo para o efeito proposto a Professora Inês



Ferreira Leite. O Conselho aprovou a alteração por unanimidade.

4.2.10. Foram aprovados por unanimidade os Júris de Mestrado em Ciências Jurídico-Económicas de Ana Eunice Reis Domingos, Catarina Isabel Guerreiro Ramos, Cláudia Raquel Pires Sequeira Pincho, Luís Eduardo Godinho Neves, Marta Torres Aguiar da Costa, Romina Marques de Almeida, Getisême Sebastião Miguel, Elvis de Jesus Baptista Dala, Liliana Marisa Santos Soares, Marta Catarina Costa Dias Alves Santos, Nídia Gabriela Nogueira Assis, João Miguel Magalhães Melchior, Mariana Côrte-Real Alarcão Júdice, Ivan Ilizandro Sebastião Mateus, Maria João Ferreira de Menezes, Ana Isabel Rodrigues Gomes Bidarra, Ana Margarida Cantanhede Gonçalves e Daniela Pessoa Tavares (Doc. 10).

4.2.11. Foi apresentado o pedido de Adelsia Maria Assunção Coelho da Silva, no sentido de ser admitida a apresentação da dissertação escrita em língua estrangeira (Mestrado Profissionalizante). O pedido tem como base legal o disposto no artigo 53.º n.º 2 do Regulamento dos Mestrados e do Doutoramento, no qual se diz que “em casos devidamente justificados, pode o Conselho Científico autorizar a apresentação de uma dissertação escrita em língua estrangeira, caso em que a mesma é acompanhada de um resumo em português com uma extensão compreendida entre 1200 e 1500 palavras”. Sobre o pedido pronunciaram-se os Professores Menezes Cordeiro e Dário Moura Vicente no sentido de, em abstrato, não ser desejável que candidatos oriundos de países de língua oficial portuguesa utilizem línguas estrangeiras nas suas dissertações feitas em Portugal. A Professora Ana Maria Guerra Martins, o Professor Vasco Pereira da Silva e a Professora Margarida Salema salientaram a possibilidade de no caso concreto existirem dificuldade insuperáveis por parte da candidata. O Presidente ficou encarregado de falar com o orientador da dissertação sobre o fundamento do pedido, a fim de o Conselho ulteriormente se pronunciar.

4.3. Doutoramentos

4.3.1. Foi aprovado por unanimidade o júri de doutoramento em Direito, na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas de Paulo Rogério Marques de Carvalho (Doc. 11).

4.3.2. Foi aprovado por unanimidade o pedido de dispensa da frequência da unidade curricular de Metodologia de Investigação Científica no doutoramento em direito de Ana Rita dos Santos Correia, António Manuel Lemos Garcia Rolo e Gabriel Ambrósio Umabano (Doc. 12). O Professor Pedro Caridade de Freitas referiu que a



aluna Ana Rita dos Santos Correia tinha realizado a unidade curricular de Metodologia Jurídica no Mestrado Pré-Bolonha, a qual não era totalmente coincidente com o conteúdo da atual unidade curricular de Metodologia de Investigação Científica, mas que, nada tinha a opor à equivalência.

4.3.3. Foi aprovada por unanimidade a alteração da composição do júri de doutoramento de Susana Maria Máximo Vacas na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas, o qual passou a integrar o Professor Auxiliar Miguel Assis Raimundo (Doc. 13).

4.3.4. Foi apresentado o pedido de readmissão à preparação da tese de doutoramento (2.^a fase) de Fernando Damasceno. O Presidente deu a palavra ao Professor Paulo Sousa Mendes, orientador proposto, para apresentar a situação, tendo informado o Conselho que o candidato reunia os requisitos para ser deferido o solicitado, tendo apresentado projecto de investigação a realizar. O pedido de readmissão foi aprovado, por unanimidade do Conselho (Doc. 14).

4.3.5. O Presidente do Conselho referiu-se à existência de duas situações de conclusão de programas de pós-doutoramento nas quais a avaliação ocorrera em momento anterior à entrada em vigor do Despacho n.º 8854/2018, de 30 de agosto (Regulamento sobre Programas de Pós-Doutoramento da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa), pelo que nesses casos não se deveriam aplicar as regras respeitantes à intervenção do júri, contidas neste Regulamento.

4.3.5.1. Nesse sentido, foi lido o parecer de 27 de junho de 2018 elaborado pelo Professor Jorge Miranda sobre os trabalhos realizados no âmbito do programa de pós-doutoramento pelo Doutor Robinson Fernandes (Ciências Jurídico-Políticas). O Conselho Científico aprovou por unanimidade a conclusão do Programa de Pós-Doutoramento nos termos propostos (Doc. 15).

4.3.5.2. No mesmo sentido foi em seguida lido o parecer de 3 de agosto de 2018 elaborado pela Professora Paula Costa e Silva sobre os trabalhos realizados no âmbito do programa de pós-doutoramento pelo Doutor André Pagani de Souza (Ciências Jurídicas). O Conselho Científico aprovou por unanimidade, a conclusão do Programa de Pós-Doutoramento nos termos propostos (Doc. 16).

4.3.6. Já no quadro do regime previsto no Regulamento sobre Programas de Pós-Doutoramento atualmente em vigor, foi em seguida lido o parecer de 25 de setembro de 2018 elaborado pelo júri que apreciou, em discussão pública, os trabalhos realizados no âmbito do pós-doutoramento pela Doutora Ângela Simões de Farias (Ciências Histórico-Jurídicas). O Conselho Científico aprovou por unanimidade a

conclusão do Programa de Pós-Doutoramento, nos termos propostos (Doc. 17).

5. Ponto 5 da OT (Equivalências).

O Presidente do Conselho, na sequência da deliberação tomada na última sessão, ouviu a Presidente da Comissão de Equivalências, Professora Isabel Alexandre, para esclarecimento acerca do pedido de equivalência de grau sem nota da Dr.^a Natália Silva. Sobre o assunto, a Professora Isabel Alexandre informou que a requerente era detentora de graduação de jurista na especialidade de Jurisprudência obtido em curso frequentado na Universidade Estadual da Udmúrtia, na Federação Russa, tendo instruído o pedido com o diploma respetivo, acompanhado da respetiva tradução para português bem como dos conteúdos programáticos e de uma declaração da Direcção-Geral do Ensino Superior de que o curso é de nível superior na estrutura do sistema educativo da Federação Russa e que a referida Universidade é uma instituição de ensino superior reconhecida pelas autoridades competentes daquele país. Referiu ainda que o curso tivera a duração de cinco anos. O pedido de equivalência enquadrava-se no disposto no Decreto-Lei n.º 283/83 de 21 de junho, que regula as equivalências de habilitações estrangeiras de nível superior às correspondentes habilitações portuguesas, mais concretamente no artigo 14.º, respeitante ao reconhecimento de habilitações estrangeiras de nível superior quando no sistema de ensino superior português, na mesma área, não seja conferido grau ou diploma de nível correspondente. Seguiu-se um debate sobre a matéria com a intervenção, entre outros, dos Professores Maria Fernanda Palma, Dário Moura Vicente, Vasco Pereira da Silva, Maria João Estorninho e Margarida Salema, tendo o Conselho deliberado a concessão da equivalência para efeitos de candidatura ao curso de Direito.

6. Ponto 6 da OT (Regulamento da Fraude).

Considerando a necessidade de maior ponderação da matéria subjacente, o Ponto 6 foi adiado para Conselho Científico ulterior.

7. Ponto 7 da OT (Regulamento da Avaliação de Desempenho)

O Presidente referiu a necessidade de o Conselho se pronunciar sobre a matéria de Avaliação de Desempenho, tomando por base o projeto já existente e por várias vezes distribuído. Intervieram os Professores Dário Moura Vicente e Ana Maria Guerra Martins para referirem a utilidade de se criar uma comissão com

representantes dos Grupos Científicos, com o objetivo de estudar o projeto. O Presidente informou que, no caso do Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas já havia solicitado comentários sobre o projeto Regulamento, podendo ser disponibilizados a qualquer momento. O Conselho Científico deliberou, por unanimidade, a constituição de uma comissão para apreciação da proposta de Regulamento da Avaliação de Desempenho, constituída pelos Professores Pedro Caridade de Freitas (Ciências Histórico-Jurídicas), Miguel Moura e Silva (Ciências Jurídico-Económicas), Maria Fernanda Palma e Miguel Teixeira de Sousa (Ciências Jurídicas). Relativamente ao Grupo de Ciências Jurídico-Políticas, o Conselho aguardaria a indicação por parte do respetivo Presidente, do elemento que a integraria.

8. Ponto 8 da OT (Cooperação Jurídica)

8.1. O Professor Dário Moura Vicente procedeu em seguida à apresentação de alguns documentos relativos à Cooperação previamente distribuídos, solicitando a respetiva aprovação:

8.1.1. No que respeita às “Atividades da Cooperação em Moçambique para o ano de 2019” (Doc. 18), destacou o exercício de racionalização que era necessário efetuar em matéria de recursos humanos, considerando os exíguos recursos financeiros disponíveis. O documento foi aprovado por unanimidade.

8.1.2. Procedeu em seguida à apresentação do programa do “XII Curso de Pós-Graduação – Diploma em Direito Civil” realizado em cooperação entre o V. M. Salgãoocar College of Law, de Panjim, Goa e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Doc. 19), o qual foi aprovado por unanimidade.

8.1.3. Procedeu em seguida à apresentação do programa do “I Curso de Doutoramento em Direito”, realizado em colaboração entre Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade Zambeze, Moçambique (Doc. 20), o qual foi aprovado por unanimidade.

8.1.4. Procedeu em seguida à apresentação do programa do “Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas (Direito Civil)”, em colaboração com a Faculdade de Ciências Sociais e Filosóficas da Universidade Pedagógica de Moçambique e a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, Maxixe, Inhambane (Doc. 21), qual foi aprovado por unanimidade.

8.1.5. Procedeu em seguida à apresentação dos programas do “Curso de Pós-



Graduação em Direito da Contratação Internacional” realizado em colaboração entre a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane e a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Maputo e do “Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas” entre as mesmas universidades (Docs. 22 e 23), os quais foram aprovados por unanimidade.

8.1.6. Procedeu em seguida à apresentação do plano das provas finais de mestrado relativas ao “I Curso de Mestrado em Direito Judiciário” realizado na Beira, em Moçambique (Doc. 24), o qual foi aprovado por unanimidade.

8.2. O Professor Dário Moura Vicente deu ainda conta ao Conselho de que o Professor João Espírito Santo Noronha, atualmente no exercício de funções como Assessor Científico na Faculdade de Direito de Bissau, manifestara disponibilidade para ser reconduzido no cargo. Referiu-se em seguida à qualidade do trabalho desenvolvido. Colocada ao Conselho a proposta de recondução, foi a mesma aprovada por unanimidade. Na sequência, foi aprovado também por unanimidade, um voto de louvor ao referido Professor pelo trabalho desenvolvido.

9. Ponto 9 da OT (Relações Internacionais).

Não foram tratados assuntos relativos ao Ponto 9.

10. Ponto 10 da OT (Outros assuntos e informações).

Não foram tratados assuntos relativos ao Ponto 10.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão pelas 18,00.

O Presidente do Conselho Científico

Professor Doutor J. Duarte Nogueira



A Secretária do Conselho Científico



Professora Doutora Míriam Afonso Briggs

ANEXO

**DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DOCENTE – HISTÓRICO-JURÍDICAS
2018/2019**

1.º CICLO

LICENCIATURA

O número de subturmas previsto tem em conta o *numerus clausus* previsível e o número de alunos inscritos no ano letivo 2017/2018, tomando como limites máximos e mínimos de referência.

1.º ano

Unidades curriculares obrigatórias

132-Direito Romano – Dia A – 7 subturmas – S.1.	
Regente	Professor Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto
Colaboradores	Professora Doutora Míriam Afonso Brigas – 2 subturmas Professora Doutora Margarida Seixas – 1 subturma Professor Doutor Filipe Arede Nunes – 1 subturma Mestre Madalena Santos – 1 subturma Mestre Francisco Rocha – 1 subturma Mestre Raimundo Neto – 1 subturma

132-Direito Romano – Dia B – 7 subturmas – S.1.	
Regente	Professor Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto
Colaboradores	Professora Doutora Míriam Afonso Brigas – 1 subturma Professora Doutora Margarida Seixas – 1 subturma Professor Doutor Filipe Arede Nunes – 1 subturma Professora Doutora Ana Caldeira Fouto – 1 subturma Mestre Jorge Silva Santos – 1 subturma Mestre Madalena Santos – 1 subturma Mestre Francisco Rocha – 1 subturma

132-Direito Romano – Dia C – 8 subturmas – S.1.	
Regente	Professor Doutor Pedro Caridade de Freitas
Colaboradores	Mestre Jorge Silva Santos – 2 subturmas Mestre Madalena Santos – 1 subturma Mestre Pedro Gonçalves – 2 subturmas Mestre Francisco Rocha – 1 subturma Mestre Raimundo Neto – 1 subturma Mestre Miguel Lemos – 1 subturma



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

132-Direito Romano – Noite – 6 subturmas – S.1.	
Regente	Professora Doutora Susana Videira
Colaboradores	Professor Doutor Gonçalo Sampaio e Melo – 2 subturmas Mestre David Teles Pereira – 2 subturmas Mestre Fábio Fidélis de Oliveira – 2 subturmas

202-História do Direito Português – Dia A – 7 subturmas – S.2.	
Regente	Professora Doutora Susana Videira
Colaboradores	Professora Doutora Susana Videira – 1 subturma Mestre Jorge Silva Santos – 1 subturma Mestre Madalena Santos – 1 subturma Mestre Pedro Rodrigues – 1 subturma ASSISTENTES CONVIDADOS – 3 SUBTURMAS

202-História do Direito Português – Dia B – 7 subturmas – S.2.	
Regente	Professora Doutora Míriam Afonso Brigas
Colaboradores	Professora Doutora Míriam Afonso Brigas – 2 subturmas Professora Doutora Margarida Seixas – 4 subturmas Mestre Jorge Silva Santos – 1 subturma

202-História do Direito Português – Dia C – 8 subturmas – S.2.	
Regente	Professor Doutor Pedro Caridade de Freitas
Colaboradores	Mestre Jorge Silva Santos – 1 subturma Mestre Madalena Santos – 2 subturmas Mestre Pedro Rodrigues – 2 subturmas ASSISTENTES CONVIDADOS – 3 SUBTURMAS

202-História do Direito Português – Noite – 6 subturmas – S.2.	
Regente	Professora Doutora Isabel Graes
Colaboradores	Professor Doutor Gonçalo Sampaio e Melo – 1 subturma Mestre David Teles Pereira – 2 subturmas Dr. João Andrade Nunes – 3 subturmas

Unidades curriculares opcionais

252-Sociologia do Direito – Dia A – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Professora Doutora Susana Videira
Colaboradores	ASSISTENTES CONVIDADOS – 2 SUBTURMAS

252-Sociologia do Direito – Dia B – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Professora Doutora Míriam Afonso Brigas



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Colaboradores	ASSISTENTES CONVIDADOS – 2 SUBTURMAS
---------------	--------------------------------------

252-Sociologia do Direito – Dia C – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Professora Doutora Sílvia Alves
Colaboradores	ASSISTENTES CONVIDADOS – 2 SUBTURMAS

252-Sociologia do Direito – Noite – 1 subturma – S.2.	
Regente	Professora Doutora Isabel Graes
Colaboradores	Mestre André Moz Caldas – 1 subturma

253-História das Ideias Políticas – Dia A – 3 subturmas – S.2.	
Regente	Professora Doutora Susana Videira
Colaboradores	Mestre Pedro Rodrigues – 2 subturmas ASSISTENTE CONVIDADO – 1 SUBTURMA

253-História das Ideias Políticas – Dia B – 3 subturmas – S.2.	
Regente	Professor Doutor Filipe Arede Nunes
Colaboradores	Professor Doutor Filipe Arede Nunes – 3 subturmas

253-História das Ideias Políticas – Dia C – 3 subturmas – S.2.	
Regente	Professora Doutora Ana Caldeira Fouto
Colaboradores	Professor Doutor Filipe Arede Nunes – 1 subturma Professora Doutora Ana Caldeira Fouto – 2 subturmas

253-História das Ideias Políticas – Noite – 1 subturma – S.2.	
Regente	Professor Doutor Filipe Arede Nunes
Colaboradores	ASSISTENTE CONVIDADO – 1 SUBTURMA

Filosofia do Direito - Dia C – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Professor Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto
Colaboradores	Mestre Jorge Silva Santos – 2 subturmas

Filosofia do Direito - Noite – 1 subturma – S.2.	
Regente	Professor Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto
Colaboradores	ASSISTENTE CONVIDADO – 1 SUBTURMA

2.º ano

Unidades curriculares opcionais

História do Pensamento Jurídico



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

121-História do Pensamento Jurídico – Dia A – 1 subturma – S.1.	
Regente	Professora Doutora Isabel Graes
Colaboradores	Professora Doutora Isabel Graes

121-História do Pensamento Jurídico – Dia B – 1 subturma – S.2.	
Regente	Professora Doutora Míriam Afonso Brigas
Colaboradores	Mestre Jorge Veiga Testos – 1 subturma

121-História do Pensamento Jurídico – Noite – 1 subturma – S.1.	
Regente	Professora Doutora Isabel Graes
Colaboradores	Mestre Jorge Veiga Testos – 1 subturma

História do Pensamento Jurídico (TURMA ERASMUS- EM INGLÊS) – subturma – S.1.	
Regente	Professora Doutora Isabel Graes
Colaboradores	Mestre Jorge Veiga Testos – 1 subturma

-História do Pensamento Jurídico (TURMA ERASMUS- EM INGLÊS) – subturma – S.2.	
Regente	Professora Doutora Isabel Graes
Colaboradores	Mestre David Teles Pereira – 1 subturma

130-História das Relações Internacionais – Dia A – 3 subturmas – S.1.	
Regente	Professora Doutora Margarida Seixas
Colaboradores	Mestre Jorge Veiga Testos – 2 subturmas Mestre Filipa Vieira de Sá – 1 subturma

130-História das Relações Internacionais – Dia B – 3 subturmas – S.2.	
Regente	Professor Doutor Pedro Caridade Freitas
Colaboradores	Mestre Jorge Veiga Testos – 1 subturma ASSISTENTES CONVIDADOS – 2 SUBTURMAS

130-História das Relações Internacionais – Noite – 1 subturma – S.1.	
Regente	Professora Doutora Ana Isabel Fouto
Colaboradores	Mestre Pedro Rodrigues – 1 subturma

CIÊNCIAS HISTÓRICO-JURÍDICAS

ÁREA CIENTÍFICA PREDOMINANTE: DIREITO

2º Ciclo

MESTRADO DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA

História das Relações Internacionais	Professora Doutora Ana Caldeira Fouto	Semestral, uma turma
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I	Professor Doutor Miguel Lopes Romão	Semestral, quatro turmas
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	Professor Doutor Miguel Lopes Romão	Semestral, quatro turmas

2º Ciclo

MESTRADO DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA

Especialidade de História do Direito

Metodologia de Investigação Científica	Professor Doutor Miguel Lopes Romão	
Direito Romano	Professor Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto	
História do Direito	Professor Doutor José Artur Duarte Nogueira	

Especialidade de Teoria do Direito

Metodologia de Investigação Científica	Professor Doutor Miguel Lopes Romão	
Teoria do Direito	Professor Doutor Miguel Lopes Romão	
Filosofia do Direito	Professora Doutora Sílvia Alves	

3º Ciclo DOUTORAMENTO

Especialidade de História do Direito

Metodologia de Investigação Científica Avançada	Professor Doutor Miguel Lopes Romão	
Direito Romano	Professor Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto	
História do Direito	Professor Doutor José Artur Duarte Nogueira	

Especialidade de Teoria do Direito

Metodologia de Investigação Científica Avançada	Professor Doutor Miguel Lopes Romão	
Teoria do Direito	Professor Doutor Pedro Barbas Homem	
Filosofia do Direito	Professora Doutora Sílvia Alves	

Especialidade de Direito Romano

Metodologia de Investigação Científica Avançada	Professor Doutor Miguel Lopes Romão	
História Direito Romano	Professor Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto	
Direito Público Romano	Professor Doutor Pedro Caridade de Freitas	

DISCIPLINAS NO MESTRADO E NO DOUTORAMENTO

História do Direito Internacional	Professor Doutor Pedro Caridade de Freitas
História do Direito Privado	Professoras Doutoradas Miriam Brigas / Margarida Seixas
História do Estado	Professor Doutor Filipe Arede Nunes
História das Ideias Políticas	Professora Doutora Susana Videira
História do Direito Penal	Professora Doutora Sílvia Alves
Sociologia Jurídica	Professora Doutora Sílvia Alves
História da Justiça	Professora Doutora Isabel Graes

PÓS-GRADUAÇÕES E MESTRADOS COM CRÉDITO DE HORAS

Ética, Direito e Política	Com a Faculdade de Letras
História e Teoria do Direito (I-II)	Professor Doutor Gonçalo Sampaio e Melo
Relações Internacionais (semestral)	Professor Doutor Pedro Caridade de Freitas
Teoria do Estado (semestral)	Professora Doutora Ana Caldeira Fouto

Nota: para além do serviço distribuído nas unidades curriculares supra identificadas, os docentes do grupo têm prestado ainda serviço docente nas seguintes unidades curriculares:

Curso de Mestrado Ciências da Documentação e Informação na Faculdade Letras da Universidade de Lisboa Direito da Informação - S.2	
	Professor Doutor Gonçalo Sampaio e Melo (4 horas semanais)

Curso de Estudos Europeus - Introdução ao Estudo do Direito – S.1	
Coordenador	Professor Doutor José Artur Duarte Nogueira
	Dr. João Andrade Nunes

275-Direito Marítimo – Dia B [...] subturmas – S.1.	
Regente	Prof. Doutor Januário Costa Gomes
Colaboradores	Mestre Francisco Rocha

275-Direito Marítimo – Noite [...] subturmas – S.1.	
Regente	Prof. Doutor Januário Costa Gomes
Colaboradores	Mestre Francisco Rocha (1 subturma)

275-Direito Marítimo – Dia A [...] subturmas – S.2.	
Regente	Prof. Doutor Januário Costa Gomes
Colaboradores	Mestre Francisco Rocha (1 subturma)

Direito Internacional Público – Dia A [...] subturmas – S.1	
Regente	Prof. Doutor Carlos Blanco de Moraes
Colaboradores	Professora Doutora Ana Caldeira Fouto (1 subturma)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

**DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DOCENTE – CIÊNCIAS JURÍDICO-ECONÓMICAS
ANO LETIVO 2018/2019**

**1.º CICLO
LICENCIATURA**

1.º ano

Unidades curriculares obrigatórias

103-Economia I – Dia A – 7 subturmas – S.1.	
Regente	Fernando Araújo
103-Economia I – Dia B – 7 subturmas – S.1.	
Regente	Paula Vaz Freire
103-Economia I – Dia C – S.1. 7 subturmas – S.1.	
Regente	Paula Vaz Freire
103-Economia I – Noite – 6 subturmas – S.1.	
Regente	Miguel Patrício
Colaboradores	André Marçalo (4 subturmas) Filipe Vasconcelos Fernandes (4 subturmas) Alexandra Marques (3 subturmas) Raquel Franco (2 subturmas) Tânia Faria (3 subturmas, noite) Paula Braz Machado (4 subturmas) André Mendes Barata (4 subturmas) Diana Andrade (3 subturmas, noite)

Unidades curriculares opcionais

203-Economia II – Dia A – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Fernando Araújo
Colaboradores	Sara Rodrigues (2 subturmas)
203-Economia II – Dia B – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Miguel Patrício
Colaboradores	Paula Braz Machado (2 subturmas)
203-Economia II – Dia C – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Miguel Patrício
Colaboradores	Raquel Franco (2 subturmas)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

203-Economia II - Noite - 2 subturmas - S.2.	
Regente	Miguel Patrício
Colaboradores	André Mendes Barata (2 subturmas)

Filosofia do Direito - Dia - 2 subturma - S.2.	
Regente	Fernando Araújo
Colaboradores	Miguel Patrício (1 subturma) Diana Andrade (1 subturma)

2.º ano

Unidades curriculares obrigatórias

51-Direito da União Europeia - Dia A - 9 subturmas - S.2.	
Regente	Eduardo Paz Ferreira
Colaboradores	Miguel Moura e Silva (2 subturmas) José Renato Gonçalves (2 subturmas) Nuno Cunha Rodrigues (1 subturma) Marco Capitão Ferreira (1 subturma) Miguel Sousa Ferro (2 subturmas) Paulo Alves Pardal (1 subturma)

210-Finanças Públicas - Dia A - 9 subturmas - S.2.	
Regente	Eduardo Paz Ferreira
210-Finanças Públicas - Noite - 5 subturmas - S.2.	
Regente	Marco Capitão Ferreira
Colaboradores	Alexandra Pessanha (3 subturmas) Marco Capitão Ferreira (4 subturmas) André Marçalo (2 subturmas) Daniel Bobos-Radu (3 subturmas) Paulo Marques (2 subturmas)

210-Finanças Públicas - Dia B - 9 subturmas - S.1.	
Regente	Nazaré da Costa Cabral
Colaboradores	Alexandra Pessanha (3 subturmas) Alexandra Marques (3 subturmas) Daniel Bobos-Radu (3 subturmas)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

3.º ano

Unidades curriculares opcionais

116-Direito da Economia – Dia A– 2 subturmas – S.1.	
Regente	Miguel Moura e Silva
Colaboradores	Leonor Nunes (2 subturmas)

116-Direito da Economia – Dia B– 1 subturma – S.1.	
Regente	Paulo Alves Pardal
Colaboradores	Leonor Nunes (1 subturma)

116-Direito da Economia – Noite – 1 subturma – S.1.	
Regente	Nuno Cunha Rodrigues
Colaboradores	Sara Rodrigues (1 subturma)

116-Economia Internacional – Dia A – 4 subturmas – S.1.	
Regente	Pedro Infante Mota
Colaboradores	Joana Baptista (1 subturma) Sérgio Alves (3 subturmas)

116-Economia Internacional – Dia B – 1 subturma – S.1. (inglês)	
Regente	Miguel Sousa Ferro
Colaboradores	Miguel Sousa Ferro (1 subturma)

116-Economia Internacional – Noite – 1 subturma – S.1.	
Regente	Carlos Lobo
Colaboradores	Sara Rodrigues (1 subturma)

256-Direito dos Mercados Financeiros – Dia A – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Luís Morais
Colaboradores	Sónia Martins Fernandes (1 subturma) Joana Baptista (1 subturma)

256-Direito dos Mercados Financeiros – Dia B – 3 subturmas – S.2.	
Regente	Paulo Alves Pardal
Colaboradores	Paulo Alves Pardal (2 subturmas) Sónia Martins Fernandes (1 subturma)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

256-Direito dos Mercados Financeiros – Noite – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Paulo Alves Pardal
Colaboradores	Tânia Faria (2 subturmas)

134-Direito Internacional Económico – Dia A – 1 subturma – S.2.	
Regente	José Renato Gonçalves
Colaboradores	José Renato Gonçalves (1 subturma)

134-Direito Internacional Económico – Dia B – 1 subturma – S.2. (inglês)	
Regente	Miguel Moura e Silva
Colaboradores	Joana Baptista (1 subturma)

134-Direito Internacional Económico – Noite – 1 subturma – S.2.	
Regente	Pedro Infante Mota
Colaboradores	Pedro Infante Mota (1 subturma)

4.º ano

Unidades curriculares obrigatórias

115-Direito Fiscal – Dia – 12 subturmas – S.1.	
Regente	Ana Paula Dourado
Colaboradores	Paula Rosado Pereira (3 subturmas) Sónia Fernandes (4 subturmas) Sérgio Alves (3 subturmas) Nuno Garcia (2 subturma)

115-Direito Fiscal – Noite – 4 subturmas – S.1.	
Regente	Ana Paula Dourado
Colaboradores	Paulo Marques (2 subturmas) Nuno Garcia (2 subturmas)

Unidades curriculares opcionais

260- União Económica e Monetária – TA – 2 subturmas – S.1.	
Regente	Nazaré Costa Cabral
Colaboradores	Paulo Marques (1 subturma) Leonor Nunes (1 subturma)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

260- União Económica e Monetária – Noite – 1 subturma – S.1.	
Regente	Renato Gonçalves
Colaboradores	Paulo Alves Pardal (1 subturma)

264- Direito Fiscal Internacional – TA – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Gustavo Courinha
Colaboradores	Filipe Fernandes (2 subturmas)

260- Direito Fiscal Internacional – TAN – 1 subturma – S.2.	
Regente	Gustavo Courinha
Colaboradores	Nuno Garcia (1 subturma)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

CURSO DE ESTUDOS EUROPEUS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

2017/2018

Direito da União Europeia - S.1.	
Regente	Nuno Cunha Rodrigues
Colaboradores	Joana Baptista (1 subturma)

Introdução à Economia - S. 2	
Regente	Miguel Sousa Ferro
Colaboradores	Raquel Franco (1 subturma)

Economia Internacional - S.1	
Regente	Pedro Infante Mota
Colaboradores	Leonor Nunes (1 subturma)

União Económica e Monetária - S.2	
Regente	Nazaré da Costa Cabral
Colaboradores	Diana Andrade (1 subturma)

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA

ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	
1ºano/ 1º semestre	
Direito e Economia	Miguel Patrício
Direito e Economia (inglês)	Paula Vaz Freire
Políticas Públicas	Nazaré Costa Cabral
Contratação Pública e Concorrência	Nuno Cunha Rodrigues
Contratação Pública e Concorrência (inglês)	Nuno Cunha Rodrigues
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I	Carlos Lobo*
UCs de Opção	
Finanças Europeias (José Renato Gonçalves)	
Introdução ao Direito da Concorrência (Miguel Moura e Silva)	
Teoria Geral da Regulação Económica (Marco Capitão Ferreira)	
Regulação Financeira (Luís Morais)	

ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	
1ºano/ 2º semestre	
Economia Comportamental e Direito	Miguel Patrício
Finanças Locais e Regionais	Nazaré Costa Cabral/ Nuno Cunha Rodrigues
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	Carlos Lobo*
UCs de Opção	
Economia e Fiscalidade do Ambiente e da Energia (Carlos Lobo)	
Direito da Concorrência Avançado (Luís Morais)	
Regulação das Indústrias de Rede (Carlos Lobo)	
Contencioso Administrativo e Tributário (Paula Rosado Pereira) **	
Qualquer UC oferecida nas outras especialidades do ciclo de estudos.	

* Turma única comum à especialidade *Direito da Concorrência e da Regulação*

** Abertura de nova turma (noite) comum às especialidades de *Economia e Políticas Públicas* e *Direito da Concorrência e da Regulação*



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

DIREITO FINANCEIRO E FISCAL
(turma de dia)

DIREITO FINANCEIRO E FISCAL 1ºano/ 1º semestre	
Políticas Fiscais e Governação Global	Ana Paula Dourado
Harmonização Fiscal Europeia	Gustavo Courinha
Convenções de Dupla Tributação (1 turma)	Gustavo Courinha
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I (1 turma)	Pedro Infante Mota
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I (1 turma)	Miguel Sousa Ferro
UCs de Opção	
Finanças Europeias (José Renato Gonçalves) Direito e Economia (Miguel Patrício) Políticas Públicas (Nazaré Costa Cabral) Introdução ao Direito da Concorrência (Miguel Moura e Silva) Teoria Geral da Regulação Económica (Marco Capitão Costa Ferreira) Regulação Financeira (Luís Morais) Contratação Pública e Concorrência (Nuno Cunha Rodrigues)	

DIREITO FINANCEIRO E FISCAL 1ºano/ 2º semestre	
Tributação das Empresas (1 turma)	Gustavo Courinha
Tributação das Empresas (1 turma)	Carlos Lobo
Tributação das Empresas (1 turma - inglês)	Carlos Lobo
Integração Fiscal Negativa na EU	Gustavo Courinha
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II (1 turma)	Pedro Infante Mota
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II (1 turma)	Miguel Sousa Ferro
UCs de Opção	
Finanças Locais e Regionais (Nazaré Costa Cabral/ Nuno Cunha Rodrigues) Contencioso Administrativo e Tributário (Paula Rosado Pereira) Qualquer UC oferecida nas outras especialidades do ciclo de estudos.	

DIREITO DA CONCORRÊNCIA E DA REGULAÇÃO*

DIREITO DA CONCORRÊNCIA E DA REGULAÇÃO 1ºano/ 1º semestre	
Introdução ao Direito da Concorrência	Miguel Moura e Silva
Introdução ao Direito da Concorrência (inglês)	Miguel Moura e Silva
Teoria Geral da Regulação Económica	Marco Capitão Ferreira
Regulação Financeira	Luís Morais
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I	Carlos Lobo*
UCs de Opção	
Finanças Europeias (José Renato Gonçalves) Direito e Economia (Miguel Patrício) Políticas Públicas (Nazaré Costa Cabral) Contratação Pública e Concorrência (Nuno Cunha Rodrigues)	

DIREITO DA CONCORRÊNCIA E DA REGULAÇÃO 1ºano/ 2º semestre	
Direito da Concorrência Avançado	Luís Morais
Regulação das Indústrias de Rede	Carlos Lobo
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	Carlos Lobo*
UCs de Opção	
Economia Comportamental e Direito (Miguel Patrício) Finanças Locais e Regionais (Nazaré Costa Cabral/ Nuno Cunha Rodrigues) Economia e Fiscalidade do Ambiente e da Energia (Carlos Lobo) Contencioso Administrativo e Tributário (Paula Rosado Pereira) ** Qualquer UC oferecida nas outras especialidades do ciclo de estudos	

Regulação e concorrência no sector da energia (Curso de mestrado de ciências jurídico-políticas) – Miguel Sousa Ferro

* Turma única comum à especialidade de *Economia e Políticas Públicas*

** Abertura de nova turma (noite) comum às especialidades de *Economia e Políticas Públicas* e *Direito da Concorrência e da Regulação*



MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA

DIREITO E ECONOMIA

Análise Económica do Direito – Fernando Araújo (S.1 e S.2) / Paula Vaz Freire (S.1)

Direito da Concorrência – Miguel Moura e Silva

Economia – Pedro Soares Martinez

Direito da Regulação – Luís Morais

DIREITO FISCAL

Finanças Públicas – Eduardo Paz Ferreira / Nazaré Costa Cabral

Direito Fiscal – Ana Paula Dourado (S.1) / Paula Rosado Pereira (S.1 e S.2)

Direito Fiscal Europeu – Ana Paula Dourado (S.1) / Paula Rosado Pereira (S.2)

Direito Fiscal Internacional – Gustavo Courinha

DIREITO FINANCEIRO E ECONÓMICO GLOBAL

Direito dos Mercados Financeiros – Luís Morais

Direito Internacional Económico e do Investimento – Pedro Infante Mota

Políticas Públicas e Governação – Eduardo Paz Ferreira / Nazaré Costa Cabral

Direito Económico e Monetário Europeu – José Renato Gonçalves / Nuno Cunha Rodrigues



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

DOUTORAMENTO

DIREITO E ECONOMIA

Análise Económica do Direito – Fernando Araújo (S.1 e S.2) / Paula Vaz Freire (S.1)

Direito da Concorrência – Miguel Moura e Silva

Economia – Pedro Soares Martinez

Direito da Regulação – Luis Morais

DIREITO FISCAL

Finanças Públicas – Eduardo Paz Ferreira / Nazaré Costa Cabral

Direito Fiscal – Ana Paula Dourado (S.1) / Paula Rosado Pereira (S.2)

Direito Fiscal Europeu – Ana Paula Dourado(S.1) / Paula Rosado Pereira (S.2)

Direito Fiscal Internacional – Gustavo Courinha

DIREITO FINANCEIRO E ECONÓMICO GLOBAL

Direito dos Mercados Financeiros – Luís Morais

Direito Internacional Económico e do Investimento – Pedro Infante Mota

Políticas Públicas e Governação – Eduardo Paz Ferreira/ Nazaré Costa Cabral

Direito Económico e Monetário Europeu – José Renato Gonçalves / Nuno Cunha Rodrigues



MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO INTELECTUAL (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Lourenço Noronha dos Santos n.º 19704 04/05/2017	"O Direito de Sequência dos Artistas Plásticos"	Prof. Doutor António Menezes Cordeiro	Prof. Doutor Dário Moura Vicente (presidente) Prof. Doutor António Menezes Cordeiro (orientador) Prof. Doutor José Alberto Vieira (arguente) Prof. Doutor Pedro Moniz Lopes (vogal)



MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO INTELECTUAL (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Marissol Barbosa de Souza Pinheiro.	"Direito de Autor, Limites e Interesse Público"	Prof. Doutor José Alberto Coelho Vieira	Prof. Doutor Dario Manuel Lentz Moura Vicente (presidente). Prof. Doutor José Alberto Coelho Vieira (orientador). Prof. Doutor Rui Manuel Tavares Lanceiro (vogal)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Requerimentos

Reunião do Conselho Científico de 10 de outubro de 2018

- Pedido de alteração do tema de Estágio (Mestrado Prática Jurídica)

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema Aprovado	Novo Tema solicitado	Prof. Orientador Designado	Concordância/recomendação do orientador
Nuno Brites (n.º 22456)	14-05-2018	Da aquisição tabular: uma tomada de posição perante o polémico artigo 5.º do CRPredial	O funcionamento dos Julgados de Paz: da exclusividade da sua competência material	Prof. Doutor Diogo Pereira Duarte	Sim

- Pedido de alteração da modalidade de Dissertação para Estágio (Mestrado Prática Jurídica)

Filipe Dias Do Nascimento (n.º 44520)	25-06-2018	A Autonomia Financeira da Região Autónoma do Príncipe	Contratação pública, particularmente - ajuste direto e os seus fundamentos	Professor Doutor Nuno Cunha Rodrigues	Sim
---------------------------------------	------------	---	--	---------------------------------------	-----

Requerimentos

Reunião do Conselho Científico de 10 de outubro de 2018

- Pedido de alteração do tema da Dissertação (Mestrado Prática Jurídica)

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema Aprovado	Novo Tema solicitado	Prof. Orientador Designado	Concordância/recomendação do orientador
Bárbara Fernandes Quina Correia Franco (n.º 23681)	03-07-2018	A responsabilidade para com a sociedade - a responsabilidade do sócio único	A responsabilidade do sócio único para com os credores sociais	Professor Doutor João Marques Martins	Sim

- Pedido de alteração do tema da Dissertação (Mestrado Prática Jurídica)

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema Aprovado	Novo Tema solicitado	Prof. Orientador Designado	Concordância/recomendação do orientador
João Gonçalo Teixeira Pinto Batista Gonçalves (n.º 23242)	27-06-2018	O despedimento de trabalhadores no exercício de funções públicas na LTFP: a extinção do vínculo de emprego público assente em motivos de natureza disciplinar e na sequência de processo de reorganização de serviços e racionalização de efetivos	A garantia de maior estabilidade e segurança no emprego público e a extinção da relação laboral pública por motivos disciplinares	Professor Doutor Pedro Madeira de Brito	Sim

Requerimentos

Reunião do Conselho Científico de 10 de outubro de 2018

- Pedido de alteração do tema da dissertação (Mestrado Profissionalizante)

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema Aprovado	Novo Tema solicitado	Prof. Orientador Designado	Concordância/recomendação do orientador
Leila Joana Carriço de Jesus Brás(n.º 27208)	05-08-2018	Acidentes de trabalho: a negligência grosseira como elemento de descaracterização	Assédio moral em contexto laboral e a proteção do trabalhador: considerações sobre a lei 73/2017 de 16 de Agosto	Professor Doutor Guilherme Machado Dray	Sim

- Pedido de alteração do tema da dissertação (Mestrado Científico)

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema Aprovado	Novo Tema solicitado	Prof. Orientador Designado	Concordância/recomendação do orientador
Renê da Silva Freitas (n.º 25501)	04-06-2018	A natureza jurídica do abuso de direito em Brasil	A evolução do abuso de direito em Brasil	Professora Doutora Maria Raquel Reis	Sim
Ana Carolina Reis Pinto (n.º 25649)	30-05-2018	O Princípio da igualdade e o dever de não discriminação com base na orientação sexual dos trabalhadores	O Princípio da igualdade e o dever de não discriminação com base na orientação sexual e na identidade de gênero dos trabalhadores	Professora Doutora Isabel Vieira Borges	Sim



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Requerimentos

Reunião do Conselho Científico de 10 de outubro de 2018

Pedido de apresentação de uma dissertação escrita em língua estrangeira (Mestrado Profissionalizante)

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema Aprovado	Prof. Orientador Designado	Concordância/recomendação do orientador	Norma regulamentar
Adelsia Maria Assunção Coelho da Silva (n.º 27139)	10-07-2018	À Procurar da Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas de Timor-Leste	Prof. Doutor Fernando Manuel Pereira Loureiro Bastos	Sim	Nos termos do n.º 2 do artigo 53.º “ Em casos devidamente justificados, pode o Conselho Científico autorizar a apresentação de uma dissertação escrita em língua estrangeira, caso em que a mesma é acompanhada de um resumo em português com uma extensão compreendida entre 1200 e 1500 palavras”. Fundamentação da aluna: Tendo em conta que língua portuguesa não é a minha língua materna e encontro-me dificuldade de escrever a dissertação em português



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

loc. 8

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA - ESPECIALIDADE DE DIREITO CIVIL

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Catarina Maria Alves Cardiga n.º 23337 48968 05/07/2018	"A Indignidade e a Deserção: Uma Perspetiva do Séc. XXI"	Prof. Doutor Daniel Morais	-Prof. Doutora Miriam Brigas -Prof. Doutor Daniel Morais -Prof.ª Doutora Sofia Casimiro (arg.)
Sofia Alves Amarante n.º 22249 47936 14/08/2018	"A atividade de fiscalização da ASAE no âmbito do regime jurídico de acesso ao comércio, serviços e restauração: particularidades da fiscalização das atividades funerárias." "	Prof. Doutor Daniel Morais	-Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes -Prof. Doutor Daniel Morais -Prof.ª Doutora Sofia Henriques (arg.)
Sofia Dalila Vale da Silva n.º 29437 56394 05/07/2018	"O Estatuto Jurídico dos animais não-humanos, em especial no âmbito do Direito do Direito Civil"	Prof. Doutor José Luís Bonifácio Ramos	-Prof. Doutor J. L. Bonifácio Ramos -Prof.ª Doutora Susana Videira -Prof.ª Doutora Sónia Viana (arg.)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Raquel Filipa Ascensão Matias n.º 22198 47885 9/07/2018	"Do Contrato de Maternidade de Substituição"	Prof. Doutor Margarida Silva Pereira	-Prof.ª Doutora Margarida Silva Pereira -Prof.ª Doutora Isabel Graes -Prof.a Doutora Sofia Henriques (arg.)
--	---	---	---



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO – JURÍDICO-EMPRESARIAIS (MESTRADO PROFISSIONALIZANTE)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Anabela Gomes Marques n.º 26854 51809 30/07/2018	“A Proteção dos Direitos Patrimoniais dos trabalhadores em especial, a responsabilidade dos gerentes e dos administradores pelos danos causados aos trabalhadores”.	Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito	-Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito -Prof. Doutor José Ferreira Gomes -Prof.ª Doutora Isabel Borges (arg.)
Ana Maria Fraga de Sá n.º 26852 51808 23/07/2018	“A arbitragem no âmbito das Sociedades Comerciais	Prof.ª Doutora Elsa Dias Oliveira	-Prof. Doutor Januário C. Gomes -Prof.ª Doutora Elsa Dias Oliveira -Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves (arg.) -Prof. Doutor Rui Soares Pereira
Bárbara Gomes Machado n.º 26858 51812 18/07/2018	“A Resolução Bancária”	Prof. Doutor Januário Costa Gomes	-Prof. Doutor Januário Costa Gomes -Prof.ª Doutora Catarina M. Pires -Prof. Doutor Francisco M. Correia (arg.)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Bruna Alexandra Golias Noga n.º 26909 51841 19/07/2018	"Mediação e Arbitragem: Soluções Extrajudiciais para conflitos no Trabalho	Prof. Doutor Guilherme Machado Dray	-Prof. Doutor Guilherme Machado Dray -Prof. Doutora Cláudia Madaleno -Prof. Doutor Rui Soares Pereira (arg.)
Célia Cristina Safocero Rodrigues Cordeiro n.º 21202 49916 23/07/2018	"As Garantias de defesa do trabalhador na fase de instrução do procedimento disciplinar"	Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito	-Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito -Prof. Doutor L. Gonçalves da Silva (arg.) -Prof. Doutora Margarida Seixas
Daniel Gonçalves Monteiro n.º 26958 51869 24/07/2018	"A Vinculação das Sociedades a atos dos seus sócios"	Prof. Doutor José Ferreira Gomes	-Prof. Doutor José Ferreira Gomes -Prof. Doutor David Festas (arg.) -Prof. Doutor Filipe Arede Nunes
Diogo Miguel Alcaçarenho Rosa n.º 25216 50571 19/07/2018	"Proteção de dados pessoais em saúde e hospitais E.P.E.: responsabilidade Civil do responsável pelo tratamento	Prof.ª Doutora Ana Perestrelo de Oliveira	-Prof. Doutor A. Sousa Pinheiro -Prof. Doutor Caridade de Freitas -Prof.ª Doutora Ana Perestrelo Oliveira -Prof.ª Doutora Sónia Viana (arg.)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Daniela Cristina Teixeira de Magalhães n.º 27400 52185 24/07/2018	“A Operação Acordeão no Sistema Jurídico Societário Português”	Prof. Doutor João Espírito Santo	-Prof. Doutor Januário da Costa Gomes -Prof. Doutor João Espírito Santo -Prof. Doutor José Ferreira Gomes (arg.)
Dário Ferreira Valério n.º 27356 52158 26/07/2018	“Responsabilidade Contratual do Empreiteiro pelos Defeitos de Obra”	Prof. Doutor Guilherme Machado Dray	-Prof. Doutor Guilherme Machado Dray -Prof. Doutor Tiago S. Fonseca -Prof. Doutor João P. Marchante (arg.)
Fanny Manuela Mbiya n.º 22513 48195 24/07/2018	“A responsabilidade civil pelo conteúdo do prospeto de oferta pública”	Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves	-Prof.ª Doutora Maria Raquel Rei -Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves -Prof. Doutor Hugo Ramos Alves (arg.)
Hyneida Lima Andrade n.º 25140 50541 07/08/2018	“Decretamento de Providências Cautelares pelo Tribunal Arbitral”	Prof.ª Doutora Elsa Dias Oliveira	-Prof.ª Doutora Elsa Dias Oliveira -Prof. Doutor Rui Pinto -Prof. Doutor Rui Soares Pereira -Prof. Doutor João Marques Martins (arg.)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Jessica Margarida Sousa de Veiga n.º 26888 51831 24/07/2018	"Os terceiros aparentes na convenção arbitral. A questão do grupo de sociedades e a desconsideração da personalidade jurídica"	Prof.ª Doutora Elsa Dias Oliveira	-Prof.ª Doutora Elsa Dias Oliveira -Prof. Doutor Caridade de Freitas -Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves -Prof. Doutor Diogo P. Duarte (arg.)
Jorge Miguel Cunha Palavra n.º 25472 50701 30/07/2018	"O Abuso de Informação Privilegiada: Enquadramento Jurídico da Negociação Algorítmica de alta frequência (High Frequency Trading)".	Prof. Doutor António Barreto Menezes Cordeiro	-Prof. Doutor José Ferreira Gomes -Prof.ª Doutora Catarina Monteiro Pires -Prof. Doutor António Barreto Menezes Cordeiro - Prof. Doutor Hugo Ramos Alves (arg.)
Laura Popa n.º 25475 50703 24/07/2018	"Vinculação das Sociedades Comerciais por quotas. Estrutura organizatória e interesse da sociedade nas deliberações sociais	Prof.ª Doutora Adelaide Menezes Leitão	-Prof.ª Doutora Adelaide Menezes Leitão -Prof. Doutor José Ferreira Gomes -Prof. Doutor Tiago Soares da Fonseca (arg.)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro n.º 25436 50683 31/07/2018	“Empresas públicas sob a forma de sociedade comercial: Onde acabam as especificidades e começa a descaracterização”.	Prof.ª Doutora Ana Perestrelo de Oliveira	-Prof. Doutor Januário da Costa Gomes -Prof.ª Doutora Ana Perestrelo de Oliveira -Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues -Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves (arg.)
Maria Eugénia Pereira Melo n.º 18258 44270 30/07/2018	“O Dever de Informação dos Intermediários Financeiros nos Contratos Aleatórios”	Prof. Doutor António Barreto Menezes Cordeiro	-Prof. Doutor Januário da Costa Gomes -Prof. Doutor José Ferreira Gomes -Prof. Doutor António Barreto Menezes Cordeiro -Prof. Doutor David Festas (arg.)
Marlene Patrícia Fernandes Matias n.º 25255 50592 24/07/2018	“Grupos de Sociedades Comerciais à Luz do Direito Angolano”	Prof. Doutor João Espírito Santo de Noronha	-Prof. Doutor João Espírito Santo -Prof. Doutor Hugo Ramos Alves -Prof. Doutor Diogo Pereira Duarte (arg.)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Miguel Ângelo Araújo Fonseca n.º 12345730 55224 30/07/2018	"A regulamentação e supervisão do sistema financeiro português: em especial os desafios colocados pelos conglomerados financeiros"	Prof. Doutor António Barreto Menezes Cordeiro	-Prof. Doutor Januário da Costa Gomes -Prof. Doutor Francisco Mendes Correia (arg.) -Prof. Doutor Paulo Alves Pardal -Prof. Doutor António Barreto Menezes Cordeiro
Patrícia Alexandra das Dore Alves n.º 26845 51803 23/07/2018	"A Qualificação da Insolvência. Incidentes e Efeitos"	Prof. Doutor Rui Pinto	-Prof. Doutora Adelaide Menezes Leitão -Prof. Doutor Rui Pinto -Prof. Doutor João Marques Martins (arg.)
Patrícia Sofia Ferreira Valente n.º 21998 47686 23/07/2018	"A autonomia dos árbitros e a relevância da <i>Lex Mercatoria</i> na Arbitragem Internacional"	Prof. Doutor Elsa Dias Oliveira	-Prof. ^a Doutora Elsa Dias Oliveira -Prof. Doutora Catarina Monteiro Pires -Prof. Doutor João Marques Martins -Prof. Doutor João Gomes de Almeida (arg.)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Weza Benilde da Conceição Adão n.º 25265 50596 24/07/2018	“Sociedade Unipessoal em Angola”	Prof. Doutor João Espírito Santo de Noronha	-Prof. Doutor Januário Costa Gomes -Prof. Doutor João Espírito Santo -Prof. Doutor Tiago Soares da Fonseca (arg.)
--	----------------------------------	--	---

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO COMERCIAL (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Ye Zhi Yin n.º 25428 50679 24/08/2018	“Estudo do Regime Jurídico do Investimento em Macau”.	Prof. ^a Doutora Rute Saraiva	-Prof.a Doutora Rute Saraiva -Prof. Doutor Hugo R. Alves -Prof. Doutor Miguel S. Ferro (arg.) -Prof. Doutor João P. Marchante



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS (MESTRADO PROFISSIONALIZANTE)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Alex Nogueira da Trindade n.º 27461 52228 19/07/2018	"A Exploração dos Recursos Naturais na Plataforma Continental - Incluindo a gestão de aproveitamento conjunto de petróleo e gás natural entre dois (ou mais estados)".	Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos	Prof. Doutor Lourenço de Freitas Pres. Prof. Doutor Rui Guerra da Fonseca (arguente)
André Ortega Baptista Pestana da Costa n.º 22141 27/07/2018	"Proteção da Crítica religiosa - Blasfémia e discurso antirreligiosos na convenção europeia dos direitos do homem.".	Prof. Doutor Eduardo Correia Baptista	Prof. Doutor Pereira Coutinho (Pres) Prof. Doutor Miguel Raimundo



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Ana Catarina Amaral Teixeira n.º 27068 17/07/2018	“Análise à luz do direito do posicionamento do Reino Unido relativamente à Europa”.	Prof. Doutor Pedro Caridade de Freitas	Prof. Doutor Maria Luisa Duarte (Pres) Prof. Doutor Pereira Coutinho (Arguente)
Carlota Varela Rodrigues Gonçalves de Jesus n.º 27155 52001 27/07/2018	“O Terrorismo e a Jurisdição penal Internacional”	Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos	Prof. Doutor Eduardo Correia Batista (Pres) Prof. Doutor Ana Fouto (arguente)
Inês Tenreiro Tadeu de Sousa n.º 17321 43346 26/07/2018	“Responsabilidade do Estado Português na Defesa e Segurança do seu espaço marítimo em parceria com a OTAN”	Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos	Prof. Doutor Ana Martins (pres) Prof. Doutor Vitalino Canas (Arguente)
Leidys Del Carmen Alvarez Maguin n.º 27157 52002 23/07/2018	“O Regime das Medidas compensatórias determinadas pela corte interamericana de Direitos Humanos”	Prof. Doutor Rui Guerra da Fonseca	Prof. Doutor Maria Luisa Duarte (Pres) Prof. Doutor Loureiro Bastos (arguente)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Manuela Bucayuva Carvalho n.º 27110 51965 27/07/2018	“Os Meios para a solução de controvérsias previstos na convenção das nações unidas sobre o direito do mar de 1982”	Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos	Prof. Doutor Margarida Salema (Presidente) Prof. Doutor Rui Guerra da Fonseca (Arguente)
Marcela Caroline Vaz Gironi n.º 27145 51991 24/07/2018	“Tráfico Internacional de pessoas e o regime Internacional de Combate”	Prof. Doutor Rui Guerra da Fonseca	Prof. Doutor Ana Martins (Presidente) Prof. Doutor Ana Soares Pinto (Arguente)
Maria Madalena Rodrigues de Oliveira Paixão n.º 6520 33363 24/07/2018	“A Inter-Relação de influência mútua entre o Direito Internacional Público e do Direito Comunitário no contexto da segurança da aviação civil”	Prof. Doutor Lourenço Vilhena de Freitas	Prof. Doutor Maria José Rangel Mesquita (Presidente) Prof. Doutor Correia Batista (Arguente)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA - ESPECIALIDADE DE DIREITO ADMINISTRATIVO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Ana Margarida Dias Fernandes n.º 17979 43991 4/07/2018	“Contratação Pública. Entre o Princípio da Concorrência e a Autonomia Administrativa”.	Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo	Prof. Doutor Carla Gomes (Presidente) Prof. Doutor Pedro Sanchez (arguente) Prof. Doutor
João Gonçalo Teixeira Pinto Batista Gonçalves n.º 23242 48883 2/07/2018	“A garantia de maior estabilidade e segurança no emprego público e a extinção da relação laboral pública por motivos disciplinares”	Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito	Prof. Doutor Carla Gomes (Presidente) Prof. Doutor Miguel Raimundo (arguente)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Márcia Andreia Marques Tavares n.º 29597 56497 4/07/2018	"A força normativa do facto no Direito do Urbanismo Português".	Prof. Doutor Cláudio Ramos Monteiro	Prof. Doutor Lourenço de Freitas (Pres) Prof. Doutor João Miranda (arguente)
Tatiana Pereira Nunes n.º 29390 56337 3/07/2018	"A Proteção social dos trabalhadores em funções públicas - Uma promessa de convergência".	Prof. ª Doutora Nazaré Cabral	Prof. Doutor Melo Alexandrino (Presidente) Prof. Doutor Ana Neves (Arguente)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA - ESPECIALIDADE DE DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Ana Maria de Sousa Pacheco n.º 29438 56243 05/07/2018	“A Missão Diplomática Bilateral permanente: Considerações, Estatuto e Violações (artigo 22º da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas)	Prof. Doutor Jaime Valle	Prof. Doutora Maria José Rangel Mesquita (Pres) Margarida Salema (Arguente)
Maria Francisca Algarvio Apóstolo n.º 29399 56135 04/07/2018	“O supremo interesse da criança migrante no sistema adoptivo inglês à luz dos principais instrumentos internacionais de protecção dos direitos da criança”	Prof. ª Doutora Margarida Silva Pereira	Prof. Doutor Nogueira de Brito (Pres) Prof. Doutor Domingos Farinho (arguente)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Michelle Passos da Silva n.º 29100 56414 04/07/2018	“Responsabilidade das Organizações Internacionais por atos ilícitos”	Prof.ª Doutora Margarida Salema de Oliveira Martins	Prof. Doutor Eduardo Correia Batista (Presidente) Prof. Doutor Rui Lanceiro(arguente)
Pedro Miguel da Silva Cruz n.º 23320 48952 05/07/2018	“A Vinculação das Sociedades Transnacionais aos Direitos Humanos”	Prof. Doutor Rui Fonseca	Prof. Doutor Carla Gomes (Pres) Prof. Doutor Raquel Brízida Castro (Arguente) Prof. Doutor
Thiago Huver de Jesus n.º 29226 56303 04/07/2018	“A Arbitragem Internacional e a Resolução de Litígios no Sector Petroliífero”	Prof. Doutor Francisco Paes Marques	Prof. Ana Martins (Pres) Prof. Doutor Lourenço de Freitas (arguente)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO (MESTRADO PROFISSIONALIZANTE)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Ana Cristina Aguiar de Freitas Martins n.º 20832 46565 24/07/2018	"A discricionariedade Administrativa no exercício do poder disciplinar na relação jurídica de emprego público".	Prof. ª Doutora Ana Neves	Prof. Doutor David Duarte (Pres) Prof. Doutor Mafalda Carmona (arguente)
Fernando Manuel da Luz Gomes n.º 25127 50536 31/07/2018	"A ação Administrativa para perda de mandato autárquico".	Prof. ª Doutora Ana Neves	Prof. Doutor David Duarte (Pres) Prof. Doutor Sandra Lopes Luís (arguente)
Helena Maria Serôdio Batista Lisboa n.º 26992 51892 31/07/2018	"Suspensão de Eficácia do Ato Administrativo e A Resolução Fundamentada".	Prof. Doutor João Miranda	Prof. Doutor Nogueira de Brito (Pres) Prof. Doutor João Tiago Silveira (arguente)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Rui Luís Gomes Cruz n.º 27504 52258 31/07/2018	"A Resiliência do Ato Administrativo Anulável – Princípio do Aproveitamento do Ato Administrativo – Eficiência versus Legalidade".	Prof. Doutor Alexandre Sousa Pinheiro	Prof. Doutor Lourenço de Freitas (Pres) Prof. Doutor Pedro Moniz Lopes (arguente)
---	--	--	--



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO – PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Juliana Freitas dos Santos n.º 12346541 55860 27/07/2018	“Contributo ao Estudo da Democracia Participativa no Brasil”.	Prof. Doutor Jorge Miranda (Pres)	Prof. Doutor Pedro Sanchez Prof. Doutor Nogueira de Brito Prof. Doutor Domingos Farinho (Arg)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA - ESPECIALIDADE DE ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Ana Eunice Reis Domingos n.º 12343 38420 26/06/2018	"A utilização estratégica da contratação pública no fomento da inovação"	Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues	Prof.ª Doutora Nazaré Costa Cabral (Presidente) Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues (Orientador) Prof. Doutor Domingos Farinho (Arguente)
Catarina Isabel Guerreiro Ramos n.º 25050 50503 06/08/2018	"Questão Ambiental da tributação dos furos de captação de água particulares"	Prof. Doutor Carlos Lobo	Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado (Presidente) Prof. Doutor Carlos Lobo (Orientador) Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira (Arguente)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Cláudia Raquel Pires Sequeira Pincho n.º 16093 42137 04/07/2018	“Arrecadação dos Impostos Extraordinários pelas Regiões Autónomas?”	Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues	Prof.ª Doutora Nazaré Costa Cabral (Presidente) Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues (Orientador) Prof. Doutor Marco Capitão Ferreira (Arguente)
---	---	--------------------------------------	--

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA - ESPECIALIDADE DE DIREITO FINANCEIRO E FISCAL

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Luís Eduardo Godinho Neves n.º 23386 49012 04/07/2018	A Matéria Coletável Comum à Luz da Proposta CC(C)TB	Prof. Doutor Gustavo Lopes Courinha	Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado (Presidente) Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira (Arguente) Prof. Doutor Gustavo Lopes Courinha (Orientador)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Marta Torres Aguiar da Costa n.º 23599 49186 05/07/2018	“Prejuízos Fiscais”	Prof. Doutor Gustavo Lopes Courinha	Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado (Presidente) Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira (Arguente) Prof. Doutor Gustavo Lopes Courinha (Orientador)
Romina Marques de Almeida n.º 22267 47954 04/07/2018	“O Novo Paradigma: a Troca Automática de Informações Financeiras. A Dissipação do Sigilo Bancário para Efeitos Fiscais?”	Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado	Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado (Presidente) Prof. Doutor Gustavo Lopes Courinha (Arguente) Prof. Doutor Miguel Ferro

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA - ESPECIALIDADE DE DIREITO FINANCEIRO E FISCAL

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
-----------	-----------------------	------------------	------



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Getisêmane Sebastiao Miguel n.º 29629 56569 05/07/2018	“A Tributação das Sociedades não residentes com e sem estabelecimento estável em Angola: e a promoção do Investimento Privado Estrangeiro”	Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira	Prof.ª Doutora Paula Vaz Freire (Presidente) Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira (Orientadora) Prof. Doutor Gustavo Lopes Courinha (Arguente)
Elvis de Jesus Baptista Dala n.º 29627 56563 05/07/2018	“O Regime dos Preços de Transferência em Angola”	Prof. Doutor Gustavo Courinha	Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira (Presidente) Prof. Doutor Carlos Lobo (Arguente) Prof. Doutor Gustavo Lopes Courinha (Orientador)
Liliana Marisa Santos Soares n.º 29471 56179 04/07/2018	“Os auxílios de Estado em sede de IRC: a atração ao investimento estrangeiro”	Prof. Doutor Carlos Lobo	Prof. Doutor Ana Paula Dourado (Presidente e Arguente) Prof. Doutor Carlos Lobo (Orientador) Prof. Doutor Miguel Ferro



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Marta Catarina Costa Dias Alves Santos n.º 20930 46659 27/06/2018	“Confrontação da regra CFC do art.º 66 do CIRC com as recomendações da ação 3 do BEPS”	Prof. Doutor Gustavo Courinha	Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado (Presidente) Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira (Arguente) Prof. Doutor Gustavo Courinha (Orientador)
Nídia Gabriela Nogueira Assis n.º 23439 49060 27/06/2018	“A Evolução da dedutibilidade dos gastos incorridos pelas empresas: as alterações ao artigo 23.º do CIRC”	Prof. Doutor Gustavo Courinha	Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado (Presidente e Arguente) Prof. Doutor José Renato Gonçalves Prof. Doutor Gustavo Lopes Courinha (Orientador)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA - ESPECIALIDADE DE ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
João Miguel Magalhães Melchior n.º 29327 56313 05/07/2018	“As apostas desportivas numa perspetiva económica”	Prof.ª Doutora Rute Saraiva	Prof.ª Doutora Paula Vaz Freire (Presidente) Prof.ª Doutora Rute Saraiva (Orientadora) Prof. Doutor Miguel Patrício (Arguente)
Mariana Côrte-Real Alarcão Júdice n.º 29591 56519 03/07/2018	“Economia Comportamental e prestação de informação nos mercados bancários de retalho”	Prof.ª Doutora Rute Saraiva	Prof.ª Doutora Paula Vaz Freire (Presidente) Prof.ª Doutora Rute Saraiva (Orientadora) Prof. Doutor Miguel Patrício (Arguente)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA (MESTRADO PROFISSIONALIZANTE)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Ivan Ilizandro Sebastião Mateus n.º 27497 52253 13/07/2018	“A Regulação e Concorrência no sector Eléctrico Angolano”	Prof. Doutor Miguel Moura e Silva	Prof. Doutor José Renato Gonçalves (Presidente) Prof. Doutor Miguel Moura e Silva (Orientador) Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues (Arguente)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Maria João Ferreira de Menezes n.º 26884 51829 27/06/2018	“O Crédito Tributário no contexto do Direito da Insolvência”	Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira	Prof.ª Doutora Paula Vaz Freire (Presidente) Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira (Orientadora) Prof. Doutor Gustavo Lopes Courinha (Arguente)
--	---	--	--



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS (MESTRADO PROFISSIONALIZANTE)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Ana Isabel Rodrigues Gomes Bidarra n.º 16313 42355 23/07/2018	“O Impacto do Big Data no Direito da Concorrência: O caso Facebook/WhatsApp e o Controlo de Concentrações na União Europeia”.	Prof. Doutor Miguel Moura e Silva	Prof. ^a Doutora Paula Vaz Freire (Presidente) Prof. Doutor Miguel Moura e Silva (Orientador) Prof. Doutor Miguel Sousa Ferro (Arguente)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

RELATÓRIO DE ESTÁGIO
MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA - ESPECIALIDADE EM CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Ana Margarida Cantanhede Gonçalves n.º 21991 47679 12/07/2018	"Os poderes da Autoridade da Concorrência no combate ao conluio na Contratação Pública".	Prof. Doutor Luis Morais	Prof.ª Doutora Paula Vaz Freire (Presidente) Prof. Doutor Luís Morais (Orientador) Prof. Doutor Miguel Moura e Silva (Arguente)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO – PERFIL: DIREITO FISCAL (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Daniela Pessoa Tavares n.º 19566 45498 27/07/2018	“A troca automática de informações fiscais como novo Standard internacionalmente aceite: Paradigma”.	Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado	Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado (presidente e orientador) Prof. Doutor Carlos Lobo (arguente) Prof. Doutor Gustavo Courinha (vogal) Prof. Doutor José Alves de Brito (vogal) (dissertação em reformulação)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

Doc. 11

DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS

Constituição de júri

Candidato	Título da Tese	Prof. Orientador	Júri
Paulo Rogério Marques de Carvalho (Aluno nº 22870) Entrega da tese de doutoramento em 26/06/2018	<i>“O Constitucionalismo Social e as Crises da Regulação do Trabalho”</i>	Prof. Doutor Fernando Araújo	Prof. Doutor Maria João Estorninho Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo Prof. Doutor José João Abrantes (FD. Un Nova) Prof. Doutor Jorge Reis Novais Prof. Doutor Francisco Pereira Coutinho (FD. Un Nova) Prof. Doutor Claudia Madaleno

Requerimentos

Reunião do Conselho Científico de 10 de outubro de 2018

- Pedido de dispensa de frequência da unidade curricular de Metodologia de Investigação Científica Avançada (Doutoramento em Direito)

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Norma regulamentar
Ana Rita Dos Santos Correia (n.º 38633)	10-08-2018	Nos termos do n.º 3 do artigo 67.º "O estudante pode ser dispensado, pelo Conselho Científico, de frequentar a unidade curricular semestral referida no número anterior, Atendendo ao seu currículo escolar, científico ou profissional.» Anexos: (i) requerimento, (ii) programa da UC de Metodologia Jurídica aprovada no Mestrado Profissionalizante e (iii) CV.
António Manuel Lemos Garcia Rolo (n.º 45449)	17-09-2018	Nos termos do n.º 3 do artigo 67.º "O estudante pode ser dispensado, pelo Conselho Científico, de frequentar a unidade curricular semestral referida no número anterior, Atendendo ao seu currículo escolar, científico ou profissional.» Anexos: CV.
Gabriel Ambrósio Umabano (n.º 29401)	08-10-2018	Nos termos do n.º 3 do artigo 67.º "O estudante pode ser dispensado, pelo Conselho Científico, de frequentar a unidade curricular semestral referida no número anterior, Atendendo ao seu currículo escolar, científico ou profissional.» Anexos: CV.

Exmo. Senhor Presidente do Conselho Científico
da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Prof. Doutor José Artur Duarte Nogueira

Ana Rita dos Santos Correia, candidata inscrita à realização do Doutoramento Bolonha em Direito no ano letivo de 2018/2019, a quem foi atribuído o n.º 38633, vem pelo presente expor e requerer a V. Exa. o seguinte:

1 – A candidata ora requerente é titular do grau de Mestre em Direito concedido pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde realizou o curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses no qual se inscreveu no ano letivo de 2013/2014.

2 – Tendo concluído a sua licenciatura em Direito ao abrigo do regime anterior a Bolonha, veio a mesma requerer a sua inscrição como Mestranda Pré-Bolonha, tendo frequentado no 1.º ano curricular do mestrado, uma unidade curricular (UC) optativa do 1.º semestre, em Metodologia Jurídica, a qual era obrigatória para a realização do curso de Mestrado.

3 – Em consequência, a ora requerente efetuou a UC de Metodologia Jurídica no 1.º semestre do ano letivo 2013/2014, no âmbito da qual realizou um trabalho escrito subordinado ao tema *Metodologia Aplicada ao Direito Judiciário – A Função Normativa do Terceiro Poder*, onde obteve a classificação final de 15 valores.

4 – Ao consultar o *Regulamento do Mestrado e do Doutoramento*, publicado em anexo ao Despacho n.º 5181/2018 de 23 de maio de 2018, nomeadamente, o art. 67º do mesmo, verificou a candidata que a aprovação no curso de doutoramento implica a frequência e aprovação em três UC anuais e a aprovação numa UC semestral complementar sobre Metodologia de Investigação Científica Avançada, no total de 60 créditos.

5 – Não obstante, dispõe o n.º 3 do mesmo preceito legal que *o estudante pode ser dispensado, pelo Conselho Científico, de frequentar a unidade curricular semestral referida no número anterior (Metodologia de Investigação Científica Avançada), atendendo ao seu currículo escolar, científico ou profissional.*

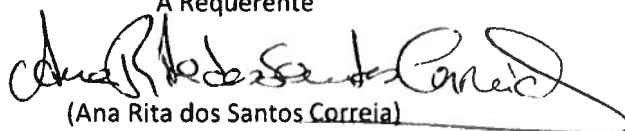
6 – Na situação em apreço, tendo a candidata efetuado a UC de Metodologia Jurídica no 1º ano curricular do curso de Mestrado realizado, a candidata vem pelo presente, requerer a V. Exa. que lhe seja autorizada a dispensa da frequência da UC de Metodologia de Investigação Científica Avançada e, em consequência, ser-lhe reconhecida a realização da referida UC, aprovada com a classificação final obtida na UC concluída no ano letivo de 2013/2014.

Considerando o exposto, e sem prejuízo da apreciação da adequação do presente pedido atento o conteúdo programático das UC em apreço, vem a candidata requerer a V. Exa. a dispensa da frequência e aprovação da UC de Metodologia da Investigação Científica Avançada do curso de doutoramento em que se inscreveu no ano letivo 2018/2019, em consequência de a mesma se considerar concluída com a classificação final atribuída à UC de Metodologia Jurídica realizada

no curso de Mestrado, para o que junta o plano curricular da *Disciplina de Metodologia Jurídica* ministrada no ano letivo de 2013/2014 pelo Regente Prof. Doutor Pedro Caridade Freitas.

Pede e de V. Exa. espera deferimento,

A Requerente


(Ana Rita dos Santos Correia)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

***Mestrado Profissionalizante
2013-2014***

DISCIPLINA

METODOLOGIA JURÍDICA

PROFESSOR REGENTE

PROF. DOUTOR PEDRO CARIDADE DE FREITAS

Tema

A Metodologia Jurídica contemporânea

Sumário

Com a disciplina de Metodologia Jurídica pretende-se fomentar a discussão sobre problemáticas jurídicas da actualidade – o Direito, a Justiça, o Estado, a relação entre o Estado e o Direito, e destes com a Justiça.

PROGRAMA

Capítulo I

História da Teoria do Direito e do Estado

Temas

- §1. Evolução histórica da teoria do direito
- §2. Em especial, as teorias e doutrinas do direito na Idade Contemporânea
- §3. Utilidade e lições da história da teoria do direito

Capítulo II

Direito e Justiça

- §4. As teorias contemporâneas da justiça
- §5. A relação entre justiça e direito
- §6. As dimensões valorativas do direito
- §7. O modo como os conteúdos materiais de justiça são incorporados no direito

Divisão Académica

§8. O valor das decisões injustas

Capítulo III Estado

§9. Formação histórica do Estado

§10. Fins e funções do Estado

§11. A relação entre Estado, Direito e Sociedade e a respectiva expressão dogmática

Capítulo IV O Estado de Direito

§12. Os princípios do Estado de Direito

§13. A dignidade humana e a sua função como princípio jurídico

§14. Teorias dos direitos do homem

§15. A incorporação do direito internacional dos direitos do homem no direito interno

§16. A tutela jurisdicional

Capítulo V O Direito criado pelo Estado

§17. As fontes de direito

§18. O princípio da legalidade

§19. Legalidade e legitimidade

§20. A hierarquia das normas estaduais

Capítulo VI Metodologia jurídica

§21. Estrutura das regras jurídicas

§22. Os conceitos jurídicos

§23. Os princípios

§24. O problema da interpretação e aplicação das leis

§25. Metodologia aplicada: legística

§26. Metodologia aplicada: direito judiciário; fundamentação das sentenças; função dos tribunais superiores, especialmente do tribunal constitucional

§27. Metodologia aplicada: o problema da prova; teorias da argumentação

Capítulo VII As doutrinas do Direito

§28. Filosofia e sociologia do Direito

§29. Jusnaturalismos jurídicos

§30. Positivismos jurídicos

§31. Análise económica do direito

Divisão Académica

- §32. Tópica e nova retórica
- §33. Hermenêutica jurídica
- §34. Concepções sistemáticas
- §35. Funcionalismo
- §36. Liberalismo, republicanismo e comunitarismo

Nota: Ao longo do curso serão convidados Docentes da Faculdade de Direito para apresentação de temas conexos com o programa.

Bibliografia

- ANTÓNIO CASTANHEIRA NEVES, *Metodologia Jurídica*, Coimbra, Coimbra Editora, 1993
- António Pedro Barbas Homem, *A Lei da Liberdade. Introdução Histórica ao Pensamento Jurídico*, Estoril, Principia, 2001
- António Pedro Barbas Homem, *O Espírito das Instituições. Um Estudo de História do Estado*, Coimbra, Almedina, 2006
- António Pedro Barbas Homem, *O Justo e o Injusto*, Lisboa, AAFDL, 2001
- C. PERELMAN / L. OLBRECHT-TYTECA, *Tratado da Argumentação. A Nova Retórica*, trad., Lisboa, São Paulo, Martins Fontes, 1996
- CLAUS-WILHELM CANARIS, *Pensamento Sistemático e Conceito de Sistema na Ciência do Direito*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989
- E. BETTI, *Teoria Geral della Interpretazione*, Milano, Giuffrè, 2 vols., 1955
- F. Müller, *Juristische Methodik*, Berlin, 1993
- G. RADBRUCH, *Filosofia do Direito*, Coimbra, 1974
- G. DEL VECCHIO, *Lições de Filosofia do Direito*, Coimbra, Arménio Amado, 1979.
- H. L. A. HART, *O Conceito de Direito*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986
- J.L. Bergel, *Méthodologie Juridique*, Paris, PUF, 2001
- J. Rawls, *Uma Teoria da Justiça*, trad., Lisboa, Presença, 1993
- J. Habermas, *Factizität und Geltung. Beiträge zur Diskurstheorie des Rechts und des Demokratischen Rechtsstaats*, Frankfurt, Suhrkamp, 1992 [*Direito e Democracia. Entre Facticidade e Validade*, trad., Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003]
- Karl Larenz, *Metodologia da Ciência do Direito*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian,
- KAUFMANN / HASSEMER, *Introdução à Filosofia do Direito e à Teoria do Direito Contemporâneas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002
- Manuel Atienza, *As Razões do Direito. Teorias da Argumentação Jurídica*, tradução, São Paulo, Landy, 2000
- M. Walzer, *As esferas da Justiça. Em Defesa do Pluralismo e da Igualdade*, trad., Lisboa, Presença, 1999
- Ronald Dworkin, *Taking Rights Seriously*, 17.^a, Cambridge (Mass), 1999
- R. ZIPPELIUS, *Teoria Geral do Estado*, trad., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997
- T. Viewehg, *Topik und Jurisprudenz*, München 1965

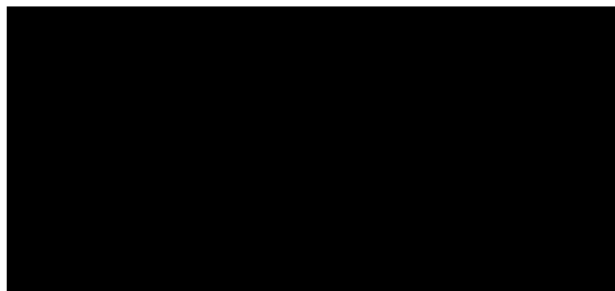
Avaliação

Elaboração de um Relatório, no final da parte lectiva do curso, com a dimensão máxima de 30 pp. em torno de um dos temas acima identificados.

Curriculum Vitae

INFORMAÇÃO PESSOAL

Nome ANA RITA DOS SANTOS CORREIA
Morada
Contato
Correio eletrónico
Nacionalidade
Data de nascimento
Sexo
Carta de Condução



FORMAÇÃO ACADÉMICA

De setembro de 2013 a fevereiro de 2017	Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses (tese em Direito Processual Penal subordinada ao tema " <i>Nemo tenetur se ipsum accusare</i> e a obrigatoriedade de entrega de documentos")
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
De fevereiro a maio de 2013	Pós-Graduação em Direito do Turismo
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Instituto de Ciências Jurídico-Políticas - Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
De outubro de 2006 a fevereiro de 2007	Pós-Graduação em Direito Penal da Empresa
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Universidade Católica Portuguesa – Lisboa
De outubro de 2000 a outubro de 2005	Licenciatura em Direito
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

De maio a junho de 2011	Frequência do curso de Formação de Pedagógica Inicial e obtenção do Certificado de Aptidão Profissional, ministrado pela Academia Total.
De março de 2006 a março de 2009	Estágio de Advocacia na Ordem dos Advogados Portugueses – Conselho Distrital de Lisboa

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Desde junho de 2017	<i>Legal Manager</i> na Whitestar, S.A. onde sou responsável pela gestão legal de uma carteira com mais de 300 clientes, realizando funções relacionadas com o acompanhamento de ações, nomeadamente execuções cíveis e fiscais e insolvências, as quais visam a recuperação de créditos maioritariamente privilegiados e / ou garantidos por garantia real; análise jurídica dos processos, com avaliação da possibilidade de recuperação financeira.
De agosto de 2016 a junho de 2017	Gestora de sinistros na CA Seguros, onde acompanhei todo o procedimento de regularização de sinistros de acidentes de trabalho, de acordo com as condições contratadas na apólice; acompanhamento da fase pré-contenciosa dos referidos processos.

- De junho de 2015 a agosto de 2016 Advogada na CCAA Advogados Associados RL, a desenvolver atividade em diversas áreas do direito, com incidência em contencioso civil, sancionatório e trabalho; elaboração de pareceres; contratos; aconselhamento jurídico; orientação de advogados estagiários.
- De julho de 2013 a maio de 2015 Advogada em colaboração com o escritório Eliana Gerales – Advogados, em Lisboa, onde desempenho funções relacionadas com contencioso, acompanhando processos de cobrança de créditos, que a nível judicial, através de injunções, ações executivas e ações intentadas nos Julgados de Paz; atuação extrajudicial logrando a celebração de acordos de pagamento de dívidas; acompanhamento de processos relacionados com direito sancionatório; atuação em direito do trabalho, contencioso e apoio à gestão de recursos humanos dos clientes; elaboração de pareceres jurídicos.
- De outubro de 2010 a julho de 2013 Advogada em prática individual, em colaboração com outra Colega, em Vilamoura, onde desempenhava funções relacionadas com a prática judicial do escritório, através do acompanhamento de ações penais e cíveis, nomeadamente injunções, ações executivas e declarativas; assim como atividades relacionadas com a representação de clientes junto de entidades públicas e administrativas.
- De março de 2009 a setembro de 2010 Advogada em prática individual, em colaboração com o escritório da Dra. Filomena Vilas Raposo, em Lisboa, onde acompanhei processos penais relacionados com pequena criminalidade.
- De janeiro de 2006 a março 2009 Advogada estagiária na sociedade de advogados Oliveira Figueiredo, Hugo Figueiredo & Associados, onde tive os contactos iniciais com a prática do Direito e com advocacia, nomeadamente junto dos tribunais, elaboração de peças processuais, abordagem de clientes e contacto junto de repartições públicas.

COMPETÊNCIAS E APTIDÕES PESSOAIS

Língua materna	Compreensão		Conversação		Escrita
	Compreensão oral	Leitura	Interacção oral	Produção oral	
Inglês	Bom	Muito Bom	Bom	Bom	Bom
Espanhol	Bom	Muito bom	Bom	Bom	Muito Bom

APTIDÕES E COMPETÊNCIAS INFORMÁTICAS Bons conhecimentos de Informática na ótica do utilizador (Word, Internet, Outlook).

APTIDÕES E COMPETÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO Experiência profissional em contexto empresarial, com elevada capacidade metódica e organizativa. Excelente organização pessoal e adaptabilidade em função dos critérios institucionais representados, com elevado sentido prático e de resolução de problemas. Espírito observador e capacidade crítica.

APTIDÕES E COMPETÊNCIAS SOCIAIS Excelente capacidade de relacionamento interpessoal e facilidade de comunicação. Grande curiosidade intelectual em matérias diferenciadas, gosto pela aprendizagem contínua e aquisição de novas competências.

OUTRAS APTIDÕES E COMPETÊNCIAS Numa perspetiva de descoberta e desenvolvimento pessoais, encontra-se presente o interesse por atividades culturais como a literatura, o cinema e o teatro, bem como o desenvolvimento de atividades ao ar livre.
Considerando as necessidades sociais e o dever que acompanha a prática advocacia, no sentido de conhecer o tecido humano em que vivemos, colaboro ainda, em regime de voluntariado, com a Comunidade Vida e Paz, tendo já colaborado com a APAV.

Lisboa, 13 de junho de 2018

ANTÓNIO GARCIA ROLO

Nome completo: António Manuel Lemos Garcia Rolo



Habilitações Académicas

Mestrado (LL.M.) em Estudos Jurídicos Europeus | Colégio da Europa (College of Europe/Collège d'Europe), Campus de Bruges

Setembro de 2013 - Junho de 2014

Média de 14 valores

Dissertação de mestrado: "Completing the Freedom of Establishment: the Case for a New Company Law Directive on Companies' Seat Transfers", classificação de 17 valores

Licenciatura em Direito | Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Setembro de 2009 – Julho de 2013

Média de 17 valores

Ensino Básico e Secundário | Colégio S. João de Brito, Lisboa

Setembro de 1997 – Junho de 2009

Experiência Académica

Assistente Convidado | Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Outubro de 2016 – atualidade

Cadeiras lecionadas: Direito Comercial III (Direito dos Valores Mobiliários, Corporate Finance e Direito das Sociedades Abertas) e Direito Processual Civil III (Processo Executivo)

Investigador | Centro de Investigação de Direito Privado

Outubro 2016 – atualidade

Publicações

"Da impenhorabilidade convencional autorizada pelo artigo 602.º do Código Civil: contributo para uma análise do seu regime dos seus limites" (no prelo), 2018

"As alterações à Diretiva dos Direitos dos Acionistas das Sociedades Cotadas: novidades e perspectivas de transposição" in *Revista de Direito das Sociedades* XI, 3, 2017, p. 557

"A Expetativa de Aplicação de Sanção como Parte do Conceito de Património Passivo para Efeitos de Fusão de Sociedades: Comentário ao Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia no Proc. n.º C-343, Modelo Continente Hipermercados c. ACT – centro local do Lis", (em coautoria com Maria Ana Barata) in *Anuário de Direito Internacional*, 2014-2015, p. 325

"Completing the Freedom of Establishment – the Case for a New Company Law Directive on Companies' Seat Transfers" in *Revista de Direito das Sociedades* VII, 2, 2016, p. 359

"A Sociedade de Ninguém (*Keinmannsgesellschaft*) como Consequência da Aquisição da Totalidade dos Títulos Próprios Pela Sociedade por Quotas: Reflexões sobre a Admissibilidade da Figura", in *Revista de Direito das Sociedades* IV, 3, 2013, p. 661

Outras Atividades Académicas

Lecionação da sessão "Fusões e Aquisições" no V Curso de Pós-Graduação em Corporate Finance, no IV Curso de Pós-Graduação Avançada em Direito das Sociedades e no II Curso Intensivo de Especialização em Grupos de Empresas, organizados pelo Centro de Investigação de Direito Privado e realizados na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Ano Letivo 2018/2019)

Lecionação da sessão "ICOs e Desenvolvimento de Plataformas" no II Curso Intensivo de Especialização em Fintech: Tecnologia e Serviços Financeiros, organizado pelo Centro de Investigação de Direito Privado e realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Novembro/Dezembro de 2018

Lecionação da sessão "FinTech e Desafios da Banca no Financiamento Societário" no I Módulo Intensivo de Especialização em Corporate Finance Digital, organizado pelo Centro de Investigação de Direito Privado e realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Janeiro/Fevereiro de 2019.

Lecionação da sessão "Os direitos e os deveres dos sócios" no *Curso Intensivo de Atualização sobre Direito das Sociedades Comerciais*, organizado pelo Centro de Investigação de Direito Privado, realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa de 18 a 29 de setembro de 2017

Intervenção com o tema "O fim do anonimato nas sociedades anónimas: As ações ao portador" nas *Jornadas Societárias: Novos Problemas de Financiamento*, realizadas no dia 22 de junho de 2017 na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Experiência Profissional

Técnico Superior Jurista | Banco de Portugal

Outubro de 2017 – atualidade

Departamento de Resolução

Advogado Estagiário / Advogado | Linklaters LLP – Sucusal em Portugal

Setembro de 2014 – Julho de 2017

Direito comercial, direito societário, fusões e aquisições, direito bancário e financeiro, direito dos valores mobiliários, direito da concorrência e da União Europeia, contencioso laboral

Competências Linguísticas

Inglês – C2 - fluente na compreensão e expressão; detentor de um *Certificate for Proficiency in English* emitido pela Universidade de Cambridge; mestrado parcialmente em inglês.

Francês – C1 - nível intermédio alto na compreensão e expressão; detentor de um *Test de Connaissance du Français* com nível C1, emitido pelo CEIP; mestrado parcialmente em francês.

Castelhano – B2-C1 - nível elevado na compreensão, intermédio na expressão; frequência de aulas no *Instituto Cervantes* em Lisboa entre 2008 e 2010 e no *Instituto Espanhol de Línguas* em Lisboa entre 2015 e 2016.

Alemão – B1 - nível intermédio – frequência de aulas no *Goethe-Institut* em Lisboa em 2010-2012 e 2015-2016.

Italiano – A2-B1 - nível intermédio na compreensão.



Europass-Curriculum Vitae

Informação pessoal

Apelido (s) / Nome (s) próprio (s) **Umabano, Gabriel Ambrósio**

Morada (s)

Telefone (s)

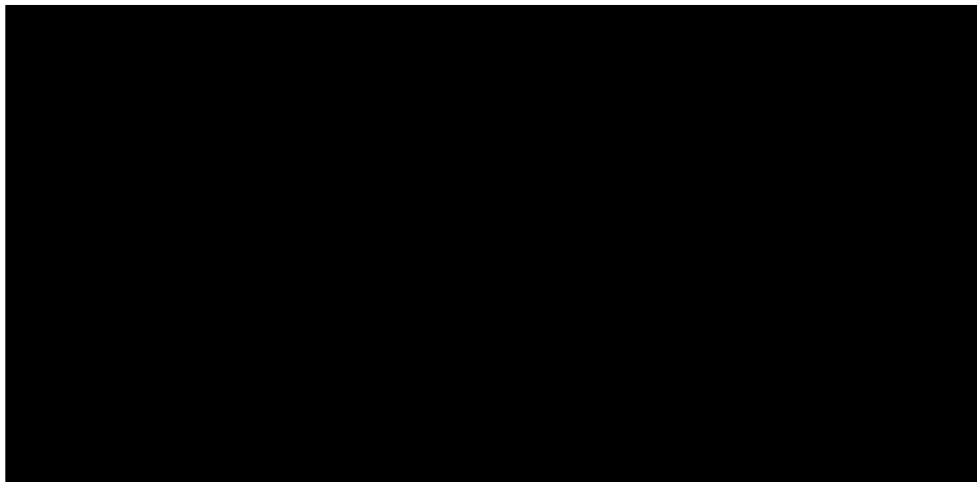
Fax (es)

Correio (s) eletrónico (s)

Nacionalidade

Data de nascimento

Sexo



Experiência profissional

Experiência profissional

Datas

- Fevereiro a Setembro de 2017, Consultor Júnior do BAD junto da Direção Geral das Contribuições e Impostos, estudando e propondo soluções necessárias ao aumento da arrecadação das receitas fiscais e à reforma do Sistema Fiscal guineense;
- Desde Julho de 2016, Advogado Sênior inscrito na Ordem dos Advogados da Guiné-Bissau sob o n.º 168;
- Janeiro a Abril 2016, Consultor Jurídico da FAO para a elaboração da Lei de Orientação Agrícola;
- Novembro e Dezembro de 2015, Consultor da FAO para a elaboração do Regulamento Geral da Lei da Terra;
- De 08/05/2015 a 30/09/2015, Membro da Equipa Técnica de Elaboração dos primeiros dois Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado na História da Guiné-Bissau – Tribunal de Contas;
- De 02/04/2014 a 30 de Janeiro de 2016, Diretor do Gabinete de Estudos e Documentação do Tribunal de Contas da Guiné-Bissau;
- De Junho de 2013 a Abril de 2014, Contador/Verificador de 2ª, no Tribunal de Contas da Guiné-Bissau;
- Ano letivo 2015/2016, Docente (Regente) da Faculdade de Direito de Bissau, na cadeira de Finanças Públicas e Direito Fiscal, lecionando as matérias teóricas e práticas, conforme o programa elaborado mesmo; Ensino Público Universitário;
- Ano letivo 2014/2015, Docente (Regente) da Faculdade de Direito de Bissau, na cadeira de Finanças Públicas e Direito Fiscal, lecionando as matérias teóricas e práticas, conforme programa elaborado mesmo; Ensino Público Universitário;
- Ano letivo 2013/2014 Docente (Assistente) da Faculdade de Direito de Bissau, na cadeira de Finanças Públicas e Direito Fiscal, lecionando as matérias teóricas indicadas pelo Regente e orientando as aulas práticas. Ensino Público Universitário;
- Ano letivo 2012/2013 Docente (Assistente) da Faculdade de Direito de Bissau na Cadeira de Finanças Públicas e Direito Fiscal, lecionando as matérias teóricas indicadas pelo Regente e orientando as aulas práticas. Ensino Público Universitário;
- Ano letivo 2011/12 – Docente (Assistente) da Faculdade de Direito de Bissau na Cadeira de Finanças Públicas e Direito Fiscal, lecionando as matérias teóricas indicadas pelo Regente e orientando as aulas práticas. Ensino Público Universitário;
- Ano letivo 2009/2010 – Docente (Assistente) da Faculdade de Direito de Bissau nas cadeiras de Economia Política; e Direito Económico e Economia da Guiné-Bissau, lecionando as matérias teóricas indicadas pelos Regentes e orientando as aulas práticas. Ensino Público Universitário;
- Ano lectivo 2008/2009 – Docente (Assistente) da Faculdade de Direito de Bissau na cadeira de Direito Económico e Economia da Guiné-Bissau, lecionando as matérias teóricas indicadas pelo Regente e resolvendo hipóteses práticas juntamente com os alunos. Ensino Público Universitário;
- De Junho de 2013 a Janeiro de 2016 – Contador/Verificador do Tribunal de Contas da Guiné-Bissau;
- De Maio de 2009 a Maio de 2013 – Assessor para Assuntos Jurídicos e Relações Públicas do Secretário de Estado do Ensino, sendo nesta qualidade autor e co-autor material de vários Despachos, pareceres jurídicos e projectos de actos legislativos, designadamente:
 - a) Lei de Bases do Sistema Educativo;
 - b) Lei do Ensino Superior e da Investigação Científica;
 - c) Estatuto da Carreira Docente;
 - d) Lei das Cantinas Escolares;
 - e) Estatutos e Regulamento Interno da Escola Superior da Educação (ESE);
 - f) Estatutos e Regulamento Interno da Escola Nacional de Administração (ENA);
 - g) Estatutos do Instituto Nacional de Formação Técnica e Profissional (INAFOR);
 - h) Lei de Bases do Sistema Desportivo;
 - i) Lei de Mecenato.

Assesoreando a relação do Secretário de Estado do Ensino com entidades nacionais e estrangeiras, públicas e privadas. Ministério da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e dos Desportos – Departamento Governamental.

Função ou cargo ocupado

Principais actividades e
responsabilidades

Nome e morada do empregador

Tipo de empresa ou sector

Educação e formação

Educação e Formação

- A partir de Fevereiro de 2018 – Doutorando em Direito Fiscal pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- 4 de Dezembro de 2013 – Mestre em Direito Fiscal (Defende a tese de Mestrado em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo sido aprovado com 17 Valores).
- De Março a Dezembro de 2014 – Frequenta o Curso de Pós-Graduação em Direito da Energia e dos Recursos Naturais;
- De 30 de Setembro a 11 de Outubro de 2013 – Frequenta um curso subordinado ao Tema: "A Gestão Financeira nas Entidades Públicas/Prestação de Contas, no Tribunal de Contas de Portugal.
- De 2 Novembro de 2010 a 15 de Setembro de 2011 – Frequenta a fase letiva do curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Económicas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e, consequentemente adquiriu o grau de Especialista na referida área, com base na apresentação e obtenção de bons resultados dos trabalhos científicos cujos temas são abaixo discriminados:
 - a) **"O Estabelecimento Estável na Convenção para Eliminação da Dupla Tributação entre Portugal e Guiné-Bissau"** – Direito Fiscal – 16 Valores;
 - b) **"A Tributação dos Rendimentos Passivos e Mais-Valias de Não-Residentes na Guiné-Bissau"** – Direito Fiscal Europeu – 17 Valores
 - c) **"A Proteção dos Consumidores de Produtos Bancários"** – Regulação Económica – 16 Valores.
- 26 de Outubro a 13 de Novembro de 2009 – Curso de formação de formadores, em Bissau, com um resultado final de APTO; Curso financiado pelo Projecto de Apoio aos Órgãos de Soberania e ao Estado de Direito (PAOSD) da União Europeia, tendo como beneficiário o Estado da Guiné-Bissau;
- 15 de Setembro a 22 de Outubro de 2009 – Participação num curso de capacitação para docentes da Faculdade de Direito de Bissau, em Lisboa, tendo elaborado um Relatório subordinado ao tema: **"A Efectivação da Responsabilidade Financeira"**, sob a orientação do Professor Doutor Luís Morais. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Instituição de Ensino Público Universitário Português;
- Outubro de 2008 – Conquista do prémio Professor Doutor José Manuel Sérvulo Correia, atribuído ao Licenciado em Direito, Menção em Administração Pública, com mais elevada classificação final, dentre os licenciados no ano 2008 pela Faculdade de Direito de Bissau.
- Julho de 2008 – Conclusão da Licenciatura em Direito (menção Administração Pública) pela Faculdade de Direito de Bissau, com classificação final de 15 Valores. Instituição de Ensino Público Universitário da Guiné-Bissau;
- Fevereiro a Maio de 2001 – Conclusão do Curso de Informática de Gestão pela Escola "AFRICOM", Escola Privada de Informática.

Tipo de empresa ou sector

Educação e formação

Educação e formação

Aptidões e competências pessoais

Outra(s) língua(s)	1-Português; 2- Francês;				
Auto-avaliação	Compreensão		Conversação		Escrita
Nível europeu (*)	Compreensão oral	Leitura	Interacção oral	Produção oral	
Língua	1 Muito Boa	Muito boa	Muito boa	Muito boa	Muito boa
Língua	2 Boa	Boa	Razoável	Razoável	Razoável

Aptidões e competências sociais -Boa capacidade de liderança e alto nível de desenvolvimento das relações humanas, adquiridas com o exercício de seguintes cargos associativos: Presidente da Associação dos Filhos e Amigos de Canhobe, nos anos 2000 a 2002 e 2009 até à data presente; Secretário da Mesa do Conselho Fiscal da Associação atrás referida, entre 2002 a 2005; Secretário da Mesa da Assembleia Geral da mesma Associação, de 2005 a 2009; Secretário nacional da Juventude da Igreja Evangélica da Guiné-Bissau, de 2004 a 2007; e Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação dos Estudantes da Faculdade de Direito de Bissau, no ano 2006.

Aptidões e competências de organização -Boa inteligência emocional e boa capacidade de organização e gestão de equipas de trabalho, adquiridas não só pelas experiências acima indicadas, mas também no estudo sistemático dessas matérias nomeadamente através da boa classificação obtida na cadeira curricular de Ciência de Administração na Faculdade de Direito de Bissau (15 valores) e na participação de vários seminários sobre a Liderança.

Aptidões e competências técnicas -Para além da área de especialização acima referida, possui igualmente bom domínio do Direito da Economia, o qual abrange as matérias da Concorrência e Regulação, do Regime jurídico da Função Pública, do Direito Civil e Processo Civil, do Direito Penal e Processual Penal vigente na Guiné-Bissau, não só pelo facto de ter feito estudos pós-graduados, mas também por ter estado a trabalhar como assistente na Faculdade de Direito de Bissau, e enquanto Advogado estagiário.

Aptidões e competências informáticas Bom domínio dos seguintes programas: Windows 2003, Word, Excel, Power Point, e Internet. Essas competências foram adquiridas em virtude do curso de Informática realizado em 2001 e de práticas ao longo dos anos subsequentes à realização do referido curso.

Aptidões e competências artísticas

Outras aptidões e competências

Carta de condução RGB – 62584, emitido pela Direcção Geral de Viação e Trânsito da Guiné-Bissau em 23/12/2011

Informação adicional

Bissau, 16 de Junho de 2018

Anexos

Júri de Doutoramento

Especialidade de Ciências Jurídico-Políticas

Susana Maria Máximo Vacas

Presidente: Doutor José Artur Anes Duarte Nogueira, Professor Catedrático e Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Vogais:

Doutora Maria Luísa Alves da Silva Neto Teixeira Botelho – Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

Doutor Tiago José Pires Duarte – Professor Convidado da Faculdade de Direito da Universidade Católica.

Doutor Jorge Manuel Moura Loureiro de Miranda – Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, orientador.

Doutor António Jorge Pina dos Reis Novais, Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Doutora Isabel Alexandra Botelho Vieira Borges – Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Doutor Miguel Assis Raimundo - Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

- READMISSÃO À PREPARAÇÃO DA TESE DE DOUTORAMENTO (2ª FASE).

Identificação do Doutorando	Data do requerimento	Especialidade	Tema	Professores Orientadores Propostos	Instituição, Média final de Licenciatura/ Mestrado e Data de Conclusão
Fernando Braga Damasceno (ALUNO Nº 21539)	19.01.2018	DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO- CRIMINAIS	<i>A PROVA PENAL GARANTISTA - (Re)Pensando as «regras de exclusão» e a disciplina do «controle de racionalidade do juízo fático-probatório</i>	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Fase Escolar do Doutoramento em Direito Especialidade em Ciências Jurídico- Criminais, pela FDUL concluída em 10.01.2012 , com média final de 16 (dezassexis) valores. Classificações: Direito Penal A I/II – 16 valores; Direito Processual Penal I/II – 16 valores; Direitos Fundamentais I/II – 16 valores; Metodologia Jurídica I/II – 17 valores



A PROVA PENAL GARANTISTA

(Re)Pensando as «regras de exclusão» e a disciplina do «controle de racionalidade do juízo fático-probatório»

Doutoramento em Ciências Jurídico-Criminais

ALUNO: FERNANDO BRAGA DAMASCENO

Lisboa

2019

A PROVA PENAL GARANTISTA

(Re)Pensando as «regras de exclusão» e a disciplina do «controle de racionalidade do juízo fático-probatório»

Projeto de investigação submetido à apreciação do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no curso de Doutoramento em Direito-especialização em Ciências jurídico-criminais, como pré-requisito para obtenção do grau de Doutor em Direito, sob a orientação do Professor Doutor Paulo de Sousa Mendes.

Lisboa

2019

1. Identificação da Problemática:

O convívio diário com o sistema criminal brasileiro nos últimos 18 anos¹ e, mais recentemente, os estudos que desenvolvi por haver assumido os módulos "O Juízo de Admissibilidade da Denúncia²" e "Erro Judicial", integrantes do Curso de Formação de Juizes da Esmafe-5³, consolidaram antiga impressão de que **há uma enorme defasagem na concretização da garantia de motivação da decisão penal naquilo que resolve as questões de fato.**

Essa "má qualidade geral" das motivações, na realidade, nada mais é que a manifestação **do verdadeiro problema**, um déficit técnico dos operadores do direito no que diz com a tarefa de analisar e valorar a prova, posto que a motivação nada mais é que a exposição do raciocínio desenvolvido pelo julgador para determinar os fatos na sentença.

Penso que as causas desse déficit remontam à definição dos currículos dos nossos cursos jurídicos, que não abordam, quer nas disciplinas de processo civil e processo penal, quer em disciplina autônoma, qualquer técnica/metodologia voltada ao enfrentamento das questões de fato. A doutrina segue o mesmo caminho, sendo raríssimas as obras nesta área. É como se se admitisse que o conhecimento técnico/científico do operador do direito deveria ir até a definição sobre o que poderia (e o que não poderia) servir como prova. Definido o rol a ser analisado/valorado, passar-se-ia a um campo onde opera um conhecimento vulgar, onde o julgador age guiado por sua **experiência de vida**, para extrair o significado de cada uma e do conjunto das provas.

De outro lado, percebe-se que grande parte da doutrina simplesmente desconsidera a evolução da ciência e as inovações tecnológicas e mantém-se apegada a ideias do século XVIII, como, por exemplo, a de que a imediação é valor essencial porque o papel engana sem ruborescer⁴, o que pode indicar alguma desatualização do direito probatório como um todo.

¹ Como Procurador da República e Juiz do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Recife-PE).

² *O juízo de admissibilidade da acusação penal.

³ Escola da Magistratura Federal do Tribunal Regional da 5ª Região (Recife-PE).

⁴ Germano Marques faz essa afirmação ao comentar a oralidade. Curso ... pág. 104. Marcelus Polastri defende que com as perguntas e respostas sendo feitas oralmente, dá-se ao juiz e às partes a oportunidade de "sentirem" a testemunha. Francisco da Costa Oliveira, chega a dizer: "interessara ao avaliador aceder o mais possível à observação directa do depoente, a fim de completar sua análise com a observação da mimica gestual e facial do inquirido, do tempo, ritmo, hesitações, pausas e os silêncios do mesmo, o seu estado de espírito nervoso ou

2. Breve Enquadramento e Exposição de Motivos:

Esse modelo de «prova penal» - focado nas chamadas «regras de exclusão», despreocupado com o «controle de racionalidade da análise e valoração da prova» e desconectado da evolução da ciência e das novas tecnologias - é, penso, gerador de inúmeras consequências negativas, porquanto:

- a) permite um grave abismo entre teoria e realidade, no que diz com as demais garantias do processo equitativo;
- b) paradoxalmente, gera inúmeras condenações injustas e um elevado índice de impunidade; e
- c) é responsável por um incremento do caráter de seletivo do Sistema Penal.

E referidas consequências danosas podem, ainda, agravar-se ante um crescente aumento do número de processos e do incremento da cobrança de produtividade dos juízes, mediante um controle meramente quantitativo.

3. Ponto da Situação do Debate Sobre a Temática:

Embora perceba uma maior gravidade do problema no Brasil, é certo que já existe movimento de parte da doutrina de diversos países - Portugal⁵, Estados Unidos⁶, Inglaterra⁷ etc -, com vistas a buscar soluções para a menor atenção conferida à racionalidade dos juízos fático-probatórios, mediante a difusão de

tranquilo, a par de todos os sinais exteriores do sujeito que, de acordo com a experiência humana, possam fornecer dados para análise do seu depoimento. (A defesa na investigação do crime, Coimbra, 2008, p 98).

Entretanto, sabe-se hoje, por estudos de psicologia social e cognitiva, que se se pretende realmente uma análise séria de todos esses “n” aspectos do declarante, terá ser treinado para isso, deve atuar munido de uma sofisticada planilha, e mais, terminará por ter que abdicar da própria imediação e passar a analisar “n” vezes um vídeo, ou melhor, vários vídeos gravados de diversos ângulos, sobrando, ainda assim, uma reconhecida margem para falsos resultados.

⁵ Calheiros, Maria Clara – Para uma teoria da prova – Coimbra Editora, 2015,

⁶ Laudan, Larry – The Law’s Flaws – rethinking Trial and errors? – 2016, e Truth, error and criminal law – Cambridge Universtiry press - 2006

⁷ Twining, William – Rethinking Evidence – Cambridge Universtiry press - 2006

conhecimentos das disciplinas que integram a probática, como a estatística, a psicologia social e cognitiva, a lógica.

O trabalho que aqui é proposto, todavia, apresenta uma abordagem que se entende peculiar e que, por isso, que conferiria ineditismo à tese que pretende defender.

Intenta-se revisitar o direito probatório⁸, para repensá-lo à luz dos tempos atuais, notadamente das novas tecnologias já utilizadas na administração da máquina judiciária e dos atuais conhecimentos das ciências/disciplinas que integram a probática.

A hipótese a ser trabalhada é, pois, “se, e em que medida, a evolução da ciência e a facilitação de acesso às tecnologias interferem: a) na manutenção da aptidão protetiva de determinadas regras probatórias e b) na demonstração da suficiência (também protetiva) do nível de controle da racionalidade que deve imperar na análise e valoração das provas”.

4. Grelha de Análise de Incidência Metodológica e Teorética

Como primeira opção metodológica, que será bem explicada e justificada num capítulo introdutório, adotar-se-á o seguinte (re)corte: tomar-se-á o termo “prova penal” para designar o sistema normativo que regula e disciplina a prova judicial no âmbito do processo penal, em sua acepção mais restrita, como aquela ordem estabelecida com vistas a regular duas atividades bem delimitadas: a) a admissão e produção daqueles elementos que poderão servir como prova, e b) a análise e valoração da prova validamente admitida e produzida.

Não integrariam esse sistema (mais estreito) aquelas normas decorrentes das decisões políticas adotadas na estruturação do ordenamento, notadamente na Constituição, com vistas à tutela de outros bens e valores fundamentais (intimidade, privacidade, honra, liberdade etc) e que terminam por redundar em algumas “proibições de prova”.

⁸ Em seus aspectos estruturais : a forma da prova: oralidade e imediação; “a transmissibilidade das declarações anteriores”, o protagonismo do juiz em relação à prova; eventuais restrições à da prova indiciária ...

Justifica-se metodologicamente essa abordagem, notadamente para delimitar o objeto do estudo, de sorte que, aqui, a prova penal é vista como se se estivesse limitada por fora, em nome desses outros valores, por essas normas que lhes atribuíram um regime amplo de tutela, ainda que este termine por repercutir (estabelecendo limites) na disciplina da prova.

Por óbvio que não se desconsidera as normas constitucionais (estruturadoras do estado e de sua relação com o cidadão) estabelecidas especificamente para tutelar o indivíduo enquanto protagonista do processo judicial. Estas, sim, integram o objeto do estudo aqui proposto, justamente por serem indissociáveis, mesmo que numa perspectiva meramente didática, da estrutura da prova penal, sendo inviável tomá-las como limites firmados de fora desse (sub)sistema.

Assim, consegue-se ver a "prova penal", nessa acepção mais estreita, como um conjunto de engrenagens que operam dentro daqueles limites definidos pelas normas constitucionais (em sentido material e/ou formal) não vocacionadas especificamente para definir o modo de ser do processo penal, senão de proteger determinados valores independentemente de apresentarem-se relacionados com essa relação indivíduo-Estado.

No mais, a metodologia adotada deverá seguir o roteiro a seguir transcrito:

INTRODUÇÃO

1 A PROVA JUDICIAL COMO UM SISTEMA NORMATIVO

1.1) prova

- 1.1.1 conceito
- 1.1.2 natureza
- 1.1.3 objeto
- 1.1.4 finalidade

1.2) A prova judicial

- 1.2.1 a prova judicial como espécie do gênero prova e suas particularidades
- 1.2.2 suas fases/etapas
 - 1.2.2.1) a investigação (dos meios de prova)
 - 1.2.2.2) a instrução (probatória): a proposição, admissão e produção
 - 1.2.2.3) a análise e valoração

1.3) A prova judicial enquanto sistema normativo: um "direito probatório"?

- 1.3.1) mais uma acepção do termo prova?
- 1.3.2) seu âmbito
- 1.3.3) suas fontes:
 - 1.3.3.1) a lei em sentido estrito
 - 1.3.3.2) princípios
 - 1.3.3.3) a jurisprudência
 - 1.3.3.4) a doutrina

- 1.3.3.5) a praxe judicial (o costume)
 - a) o ensino jurídico
 - b) a formação de juízes
- 1.3.4) a operação desse sistema: uma peculiaridade

2 A PROVA PENAL E SUA CONFORMAÇÃO GARANTISTA

- 2.1) Garantismo processual
 - 2.1.1) O garantismo como conformação vocacionada a evitar o arbítrio
 - 2.1.2) A sanção penal e a necessidade de uma disciplina própria da prova
 - 2.1.3) uma crítica à doutrina (tradicional)
 - 2.1.3.1 um defeito na partida
 - 2.1.3.2 a tendência a apresentar todas as soluções mediante um enquadramento "inquisitivo/acusatório";
 - 2.1.3.3 a ultrapassada discussão acerca da dicotomia "verdade real e verdade formal"
 - 2.1.3.4 uma despreocupação com os demais atores do processo
 - 2.1.3.5 a justiça da decisão como um valor secundário
- 2.2) A disciplina (strictu sensu) da prova penal: um recorte lógico
- 2.3) a definição de um modelo de prova penal a partir da articulação de seus dois subsistemas: "as regras de exclusão" e o "controle da racionalidade sobre a valoração da prova".

3 A PROVA PENAL NO BRASIL E NO DIREITO COMPARADO

4 REPENSANDO AS REGRAS DE EXCLUSÃO MEDIANTE UM DIÁLOGO COM A PROBÁTICA

- 4.1) as regras de exclusão vocacionadas à segurança do resultado da prova (a "retitude" da decisão)
 - 4.1.1) a defesa de uma "prova penal" fundada em regras
 - 4.1.2) a insuficiência (e quiçá inaptidão de algumas) das regras
 - 4.1.3) os riscos da redução do conjunto probatório
- 4.2) mediação, oralidade e a transmissibilidade das declarações anteriores
- 4.3) (o preconceito em relação a) a prova indiciária
- 4.4) o suposto trato indevido da prova: o protagonismo do julgador

5 O CONTROLE DE RACIONALIDADE DA VALORAÇÃO DA PROVA

- 5.1) os parâmetros para o controle
 - 5.1.1) o in dubio pro reo
 - 5.1.2) o dever de apreciação da prova constante dos autos segundo as regras da experiência
 - 5.1.3) "dever de motivar"
- 5.2) a convicção do julgador enquanto estado puramente psicológico e sua manifesta insuficiência no que diz com a finalidade da prova
- 5.3) a baixa normatividade dos parâmetros de controle e a necessidade de abertura do sistema para as ciências e técnicas que integram a probática.

6 POR UM REFORÇO NO CONTROLE DA RACIONALIDADE DO RESULTADO DA PROVA

- 6.1) A necessidade de levar mais a sério as questões de fato
- 6.2) a necessidade de se desenvolver uma cultura de controle das razões de fato
- 6.3) A probática, seu atual estado da arte e sua contribuição para a redução do arbítrio na resolução das questões de fato
 - 6.3.1) sua evolução histórica
 - 6.3.2) a necessidade de um vocabulário para viabilizar uma argumentação, o debate e o controle técnicos
 - 6.3.3) suas disciplinas: a lógica das provas, a estatística, a psicologia social

7 UM MÉTODO DE ANÁLISE E VALORAÇÃO DA PROVA: UM CASO CONCRETO

- 7.1) uma estrutura argumentativa que decorra de um método de análise
 - 7.1.1) a descrição do ultimate probanda.
 - 7.1.2) a definição das provas a serem analisadas

7.1.3) o teste de credibilidade/confiabilidade de cada elemento de prova

7.1.4) o raciocínio desenvolvido para estabelecer uma relação causal entre o fato probatório ao fato probandum.

7.1.5) a busca de hipóteses alternativas e a aptidão da prova produzida para afastá-las aferindo o resultado segundo o standard legal.

7.2) O resultado: a descrição dos fatos provados e dos fatos não provados e sua coerência

CONCLUSÕES

5. Indicação dos Arquivos, Centros de Documentação e Bibliotecas a Explorar:

Há disposição, tempo e meios para viagens, inclusive ao exterior, com o propósito de aprofundar a pesquisa. Uma indicação do professor Paulo Sousa Mendes é o Max Planck Institute for Foreign and International Criminal Law (Freiburg, Baden-Württemberg). Outros centros surgem também como essenciais. Para além da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, pode-se mencionar a biblioteca do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, hoje com o maior acervo da América Latina na área, onde, inclusive, já logrou-se obter o devido credenciamento.

6. Cronograma da Execução do Projecto:

Em 2018: a) de fevereiro a maio - pesquisa no direito comparado sobre os sistemas de prova penal (suas regras de exclusão e disciplina do controle da valoração da prova; b) em junho - pesquisa sobre a história e evolução dos modelos brasileiro e português; c) em julho, juntamente com curso no exterior, para aprimoramento do idioma inglês, estudo das obras inglesas e americanas sobre direito probatório, prova e psicologia social; d) de agosto a dezembro - pesquisas e estruturação do trabalho na parte relacionada à probática, notadamente sobre lógica e métodos de análise da prova.

Em 2019: e) de janeiro a abril- dedicação exclusiva à finalização da pesquisa, em Portugal, e f) em maio- revisões, impressão e depósito do trabalho.

7 Bibliografia inicial

ABELLÁN, M. GASCÓN, Los Hechos en el Derecho, Madrid - 2010

CALHEIROS, MARIA CLARA, Para uma Teoria da Prova, Coimbra, 2015

DALLAGNOL, DELTAN M., As Lógicas das Provas no Processo, Porto Alegre, 2015

LAUDAN, LARRY, The Law's Flaws – Rethinking Trial and Errors? – 2016

----- Truth, Error and Criminal Law – New York, 2006

SABATÉ, LUIS MUÑOZ, Curso de Probática Judicial, Madrid - 2009

TWINING, WILLIAM, Rethinking Evidence – Cambridge – 2006

ABADE, DENISE NEVES, Garantias do Processo Penal Acusatório, Rio de Janeiro, 2005

AMBOS, KAI E LIMA, MARCELLUS POLASTRI, Processo Penal Europeu, Preservação das garantias individuais (princípios processuais e análise da Convenção Europeia de Direitos Humanos), Rio de Janeiro, 2008

ANDRADE, MANUEL DA, Sobre as Proibições de Prova em Processo Penal, Coimbra, 2006

ASENJO, ENRIQUE JIMENEZ - Derecho Procesal Penal, Vol I, Madrid,

ARAÚJO, JOSÉ OSTERNO CAMPOS DE, Verdade Processual Penal, Limitações à Prova, Curitiba, 2009

AROCA, JUAN MONTERO, Principio Acusatorio y Prueba em el Procesal Penal, em Colomer, Juan L G (coord), Prueba y Proceso Penal, Valencia, 2008, p. 17/66

AROCENA, GUSTAVO A., La Oralidad En El Debate, En NORES, JOSÉ CAFFERATA/AROCENA, GUSTAVO A. (orgs), Temas de Derecho Procesal Penal (Contemporâneos), Córdoba, 2001, p. 221-252

BARRETO, IRENEU, Notas para um Processo Equitativo, Análise do artigo 6º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem à Luz da Jurisprudência da Comissão e do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, Sep. do Boletim Documentação e Direito Comparado, n.49/50, Lisboa, 1992

BARROS, MARCO ANTÔNIO DE, A busca da verdade no processo penal, São

Paulo, 2002

BASTOS, MARCELO LESSA, Processo Penal e Gestão da Prova, A questão da iniciativa instrutória do juiz em face do sistema acusatório e da natureza da ação penal, Rio de Janeiro, 2011

BECCARIA, CESARE, Dos Delitos e das Penas, trad. Port. José Faria da Costa, Lisboa, 2009

CANOTILHO, J. J. GOMES, Direito Constitucional e Teoria da Constituição, Coimbra, 2003

CARNELUTTI, FRANCESCO, Sistema de Direito Processual Civil: volume II. (Trad. Port. por Hiltomar Martins Oliveira). São Paulo, 2000.

CEBRIÁN, MARCO A. VILLA GÓMES, Valor probatorio de las diligencias de instrucción em el proceso penal: análisis jurisprudencial, Revista de derecho y proceso penal, Elcano, n.5 (2001), p.89-108

COLOMER, JUAN-LUIS GOMEZ, El Proceso Penal Aleman, Introducción y Normas Basicas, Barcelona, 1985

-----, A investigação Criminal – Problemas Atuais e Perspectivas de Unificação Internacional. In CHOUKR, FAUZI HASSAN (org.). Processo Penal e Estado de Direito. Campinas, Editora Edicamp, 2002. p.199-244

CRISTINA DI GESU, Prova Penal e Falsas Memórias, Rio de Janeiro, 2010,

CUNHA, JOSÉ DAMIÃO DA, O regime processual de leitura de declarações na audiência de julgamento: arts. 356º e 357º do CPP : algumas reflexões à luz de uma recente evolução jurisprudencial, Revista portuguesa de ciência criminal, a.7n.3(Jul.-Set), Coimbra, 1997, p.403-443

-----, Dos Meios de Obtenção da Prova, Em VALENTE, MANUEL M. G., (coord.), II Congresso de Processo Penal, Coimbra, 2006,

FENOLL, JORDI NIEVA, La valoración de la prueba, Barcelona, 2010, pág. 222/223

FERNANDES, ANTÔNIO SCARANCE, Processo Penal Constitucional, São Paulo, 2000

-----, Prova e Sucedâneos da Prova no processo penal, em Revista Brasileira e Ciências Criminais, n 66, mai-jun, São Paulo, 2007, p. 193-236

FERRAJOLI, LUIGI, Direito e Razão: teoria do garantismo penal, São Paulo, 2002

FIGUEIREDO DIAS, JORGE DE, Direito Processual Penal, Coimbra, 1981

FLUJA, VICENTE C. GUZMÁN, La anticipación y Aseguramiento de la Prueba Penal, em Colomer, Juan L G (coord), Prueba y Proceso Penal, Valencia, 2008, p 183/232

- GIL, FERNANDO, Modos da Verdade (entrevista conduzida por Rui Cunha Martins), Separata da Revista de História das Idéias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Vol 23, Coimbra, 2002
- GOMES FILHO, ANTÔNIO MAGALHÃES/ BADARÓ, GUSTAVO HENRIQUE IVAHY, Prova e Sucedâneo de Prova no Processo Penal Brasileiro, em Revista Brasileira de Ciências Criminais, n. 65, São Paulo, 2007.
- GÖSSEL, KARL H. - El derecho processal penal em el estado de derecho: obras completas/ Karl H. Gössel; Santa Fé, 2007
- HASSEMER, WINFRIED, Verdad y búsqueda de la verdad em el proceso penal, La medida de la Constitución, (trad esp Tania Ixchel Atilano Camacho, México 2009
- IBAÑEZ, PERFECTO ANDRÉS, Sobre el Valor de la Inmediación (una aproximación crítica), Em Bonato, Gilson (org), Processo Penal, Leituras Constitucionais, Rio de Janeiro, 2003
- JOSÉ I. CAFFERATA NORES, em La Eficacia de la Investigación Penal en el Estado de Derecho. In Revista Brasileira de Ciências Criminais no 35, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2001
- JUNOY, JUAN PICÍ I, El derecho a la prueba em el proceso penal. Luces y sombras, em LLUCH, XAVIER ABEL/ GONZÁLEZ, MANUEL RICHARD, Estudios sobre la prueba penal, volumen I, Actos de investigación y medios e prueba em el proceso penal: competencia, objeto e límites, p. 27-81
- LOPES JR., AURY, Sistemas de Investigación Preliminar no Processo Penal, Rio de Janeiro, 2003
- MALAN, DIOGO RUDGE, Direito ao Confronto no Processo Penal, Rio de Janeiro, 2009
- MALARINO, EZEQUIEL, Un resumen comparativo, In COLOMER, JUAN LUISG/ AMBOS, KAI / VOGLER, RICHARD (ORG.), La Policía em los Estados de Derecho Latinoamericanos. Um projeto internacional de investigación, Bogotá, 2003, p. 579-629
- MENDES, PAULO SOUSA, As Proibições de Prova no Processo Penal, Em Palma, Maria Fernanda (coord), Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais, Lisboa, 2004
- MENDRONI, MARCELO BATLOUNI, Curso de Investigación Criminal, São Paulo, 2008
- MESQUITA, PAULO DÁ, A prova do crime e o que se disse antes do julgamento: estudo sobre o contraditório e as provas pessoais no direito português a partir de uma comparação com o sistema norte-americano, Dissertação de Doutoramento, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2009,

- MITTERMAIER, C. J. A., Tratado da prova em matéria criminal, (Trad. Por. Hebert Wüntzel Heinrich), Campinas, 1996,
- OLIVEIRA, EUGÊNIO PACELLI DE, Curso de Processo Penal, Rio de Janeiro, 2008
- , Processo e Hermenêutica na Tutela Penal dos Direitos Fundamentais, Belo Horizonte, 2004
- OLIVEIRA, FRANCISCO DA COSTA, A defesa na investigação do crime, Coimbra, 2008
- RAMOS, ANDRÉ DE CARVALHO, Direitos Humanos em Juízo. São Paulo, 2001
- RUIZ, JOSÉ AUSUTO VEGA, Proceso penal y derechos fundamentales desde la perspectiva Jurisprudencial, Madrid, 1994
- SENDRA, VICENTE GIMENO, Derecho Procesal Penal, Madrid, 2004
- SILVA, GERMANO MARQUES DA, Curso de Processo Penal I, Lisboa, 2010
- , Curso de Processo Penal, vol III, Lisboa, 2000
- , Do Processo Penal Preliminar, Lisboa, 1990
- , Princípios gerais do processo penal e Constituição da República Portuguesa, em Revista Direito e Justiça, vol III, Lisboa, 1988, p.163-177
- , Produção e Valoração da Prova em Processo Penal, Em Revista do CEJ, número especial, Lisboa, 2006
- SOLER, JOSÉ MARIA RIFÁ, Actos de Investigación, Actos de Instrucción Y Actos de Prueba, em LLUCH, XAVIER ABEL/ GONZÁLEZ, MANUEL RICHARD, Estudios sobre la prueba penal, volumen I, Actos de investigación y medios e prueba em el proceso penal: competencia, objeto e límites, p. 119-169
- TONINI, PAOLO, A prova no processo penal italiano, trad port Alexandra Martins, São Paulo, 2001, p. 226
- TOURINHO FILHO, FERNANDO DA COSTA, Manual de Processo Penal, São Paulo, 2009
- VADILLO, ENRIQUE RUIZ, Estudios de Derecho Procesal Penal, Granada, 1995.
- , La actividad probatoria em el proceso penal español, em La prueba en el proceso penal, Madrid, 1993
- ZILLI, MARCOS ALEXANDRE COELHO, A iniciativa probatória do juiz no processo penal, São Paulo, 2003

Doc. 15



Núcleo de Apoio ao Ensino
Divisão Académica

PROGRAMA DE PÓS-DOUTORAMENTO
Solicitação de Conclusão

Identificação do Doutorando	Especialidade	Tema/Relatório	Professor Supervisor	Parecer do Professor Supervisor
Robinson Fernandes (ALUNO Nº 27287)	Pós-Doutoramento em Direito - Especialidade de Ciências Jurídico-Políticas	"O branqueamento de Capitais, a prevenção e a repressão no Direito Brasileiro, no português e no internacional."	Prof. Doutor Jorge Miranda	<i>Muito Bom..</i>

Doc. 16



Núcleo de Apoio ao Ensino
Divisão Académica

PROGRAMA DE PÓS-DOUTORAMENTO
Solicitação de Conclusão

Identificação do Doutorando	Especialidade	Tema/Relatório	Professor Supervisor	Parecer do Professor Supervisor
André Pagani de Souza (ALUNO Nº 26882)	Pós-Doutoramento em Direito - Especialidade de Ciências Jurídico-Civis	"A importância do Princípio da Cooperação para a Construção da Transação na Conciliação Judicial: Uma leitura do Direito Português e do Direito Brasileiro"	Prof.ª Doutora Paula Costa e Silva	Bom.



PÓS-DOCTORAMENTO
DELIBERAÇÃO DO JÚRI

No dia 25 de setembro, pelas 14 horas, reuniu na sala do Conselho Científico o júri integrado pela Professora Doutora Sílvia Alves, Orientadora, e pelos Professores Doutores Pedro Caridade de Freitas e Elsa Dias Oliveira, para proceder à discussão pública do trabalho científico apresentado pela Professora Doutora ANGELA SIMÕES DE FARIAS, intitulado "Aborto no Brasil. Sua trajetória histórica e jurídica à luz do direito penal".

Considerando o relatório das atividades desenvolvidas nos últimos seis meses e, em particular, a investigação que conduziu à realização de dois artigos científicos e de um livro, que será em breve publicado, agora objeto de discussão pública,

O júri deliberou por unanimidade atribuir a classificação de APROVADA COM DISTINÇÃO E LOUVOR.

(Professora Doutora Sílvia Alves, Orientadora)

(Professor Doutor Pedro Caridade de Freitas)

(Professora Doutora Elsa Dias Oliveira)



Doc. 18

FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa
Instituto de Cooperação Jurídica

**Atividades de Cooperação
Moçambique**

2019

MESES	MAPUTO (Mestrado e PG)	BEIRA (Doutoramento e Discussão Teses Mestrado)	MAXIXE (2.º Ano Mestrado – Seminários)
janeiro	-	-	-
fevereiro	-	-	-
março	Prof. Januário Costa Gomes – 23 a 28 (Mestrado)	Prof. José Duarte Nogueira – 11 a 15	Prof. Januário Costa Gomes – 29 e 30
abril	Prof. José Luís Ramos – 15 a 19 (Mestrado)	Prof. José Luís Ramos – 2 teses mestrado Prof. Luís Pereira Coutinho – 29/4 a 3/5 (+ 2 teses mestrado)	-
maio	Prof. Almeida Machava – 13 a 17 Prof. Nuno Cunha Rodrigues – 6 a 10	*Prof. Nuno Cunha Rodrigues – 13 a 17	-
junho	Prof. T. Waty – 10 a 14 Prof. Almeida Machava – 10 a 14	-	-
julho	Prof.ª Catarina Salgado – 1 a 5 Prof. Dário Moura Vicente – 15 a 19 Prof. Dário Moura Vicente – 15 a 19	Prof.ª Catarina Salgado –2 teses m. (8/7) Prof. Paula Forgionni – 15 a 19 Prof. Dário Moura Vicente – 22 a 24	Prof.ª Catarina Salgado – 9 a 12 Prof. Dário Moura Vicente – 25 a 27
agosto	Mestre Guilherme Jr. – 12 a 16 (Mestrado)	-	-
setembro	Prof. Henriques – 16 a 20 Mestre T. Timbane – 9 a 13	Prof. Jaime Valle – 16 a 20 (+ 3 teses) Prof.ª Sílvia Alves – 30/9 a 4/10	-
outubro	Prof.ª Elsa Oliveira – 7 a 11 (PG)	Prof. T. Waty – 14 a 18	-
novembro	-	Prof. D. Casimiro – 18 a 22	-
dezembro	Prof. Augusto Fontoura – 9 a 13 (PG)	Prof. Augusto Fontoura – 16 a 20	-

Catarina Salgado



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa
Instituto de Cooperação Jurídica

Doc. 19

DIPLOMA DE DIREITO CIVIL

XII Curso de Pós-Graduação

Em Cooperação entre o V. M. Salgãoocar College of Law, de Panjim, Goa,

E a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Goa – 2019

Programa

I – O significado atual do Código Civil de 1867 em Goa

Prof. Doutor Elgar Noronha

14 a 18 de janeiro

II – Direito das Sucessões em Goa

Prof. Doutor Luís Menezes Leitão

14 a 18 janeiro

III – A União Europeia e as suas relações com a Índia

Prof. Doutor Fausto de Quadros

21 a 25 janeiro

IV – Direito das Crianças no Código Civil de 1867

Prof.^a Doutora Ranjana Ferrão

28 de janeiro a 2 de fevereiro

IV – Direito da Família em Goa

Prof. Doutor Daniel Morais

28 janeiro a 1 de fevereiro

V – Direito Público Comparado

Prof. Doutor Ramakrishna Prasad Mandava

28 janeiro a 1 de fevereiro

VI – Encontro entre o Oriente e o Ocidente em Goa: Direito Comparado dos Contratos

Prof. Doutor Dário Moura Vicente

4 a 8 de fevereiro



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa
Instituto de Cooperação Jurídica

Doc. 20

I CURSO DE DOUTORAMENTO EM DIREITO

Em colaboração entre
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade Zambeze

Beira, Moçambique, 2019

Programa:

Metodologia Jurídica – I Módulo

Regente: Prof. Doutor Duarte Nogueira (FDUL)
Período letivo: de 11 a 15 de março de 2019

Direito Constitucional – I Módulo

Regente: Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho (FDUL)
Período letivo: de 29 de abril a 3 de maio de 2019

Economia – I Módulo

Regente: Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues (FDUL)
Período letivo: de 13 a 17 de maio de 2019

Direito do Comércio Internacional – I Módulo

Regente: Prof.^a Doutora Paula Forggioni (FDUSP)
Período letivo: de 15 a 19 de julho de 2019

Direito Civil – I Módulo

Regente: Prof. Doutor Dário Moura Vicente (FDUL)
Período letivo: de 22 a 24 de julho de 2019

Direito Constitucional – II Módulo

Regente: Prof. Doutor Jaime Valle (FDUL)
Período letivo: de 16 a 20 de setembro 2019

Metodologia Jurídica – II Módulo

Regente: Prof.^a Doutora Sílvia Alves (FDUL)
Período letivo: de 30 de setembro a 4 de outubro 2019

Economia – II Módulo

Regente: Prof. Doutor Teodoro Waty (FDUEM)
Período letivo: de 14 a 18 de outubro 2019

Direito Civil – II Módulo

Regente: Prof. Doutor Duarte Casimiro
Período letivo: de 18 a 22 de novembro 2019

Direito do Comércio Internacional – II Módulo

Regente: Prof. Doutor José Augusto Fontoura Costa (FDUSP)
Período letivo: de 16 a 20 de dezembro 2019

Cada módulo terá a duração de dez horas de aulas lecionadas em horário pós-laboral
Datas sujeitas a alteração

**CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS
(DIREITO CIVIL)**

em colaboração com:

Faculdade de Ciências Sociais e Filosóficas da Universidade Pedagógica de Moçambique
Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane

Maxixe, Inhambane

Programa

2.º Ano (2019)

Seminário I – Apresentação e discussão de projeto de investigação

Regente: Prof. Doutor Januário da Costa Gomes (FDUL)

Período letivo: 29 e 30 de março

Seminário II - Direito Canónico

Regente: Padre Ezio Bono (FCSFUPM)

Período letivo: 6 a 10 de maio

Seminário III – Apresentação e discussão de projeto de investigação

Regente: Prof.^a Doutora Catarina Salgado (FDUL)

Período letivo: 9 a 12 de julho

Seminário IV – Direito Comparado

Regente: Prof. Doutor Dário Moura Vicente (FDUL)

Período letivo: 25 a 27 de julho

Cada módulo terá a duração de dez horas de aulas lecionadas em horário pós-laboral
Datas sujeitas a alteração.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa
Instituto de Cooperação Jurídica

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA CONTRATAÇÃO INTERNACIONAL

em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane
e a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Maputo - 2019

Programa

I Módulo – Fundamentos económicos de contratação internacional

Regente: Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues (FDUL)

Período letivo: 6 a 10 de maio

II Módulo - Modos de pagamento nos contratos internacionais e contratos internacionais de garantia

Regente: Prof. Doutor Almeida Machava (FDUEM)

Período letivo: 10 a 14 de junho

III módulo – O contrato no Direito Comparado

Regente: Prof. Doutor Dário Moura Vicente (FDUL)

Período letivo: 15 a 19 de julho

IV módulo – Arbitragem comercial internacional

Regente: Mestre Tomás Timbane (FDUEM)

Período letivo: 9 a 13 de setembro

V Módulo - Aspectos jurídicos da contratação eletrónica internacional

Regente: Prof.^a Doutora Elsa Dias Oliveira (FDUL)

Período letivo: 7 a 11 de outubro

VI módulo – A regulação dos contratos internacionais no direito do comércio internacional

Regente: Prof. Doutor José Augusto Fontoura Costa (FDUSP)

Período letivo: 9 a 13 de dezembro

Cada módulo terá a duração de dez horas de aulas lecionadas em horário pós-laboral
Datas sujeitas a alteração



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa
Instituto de Cooperação Jurídica

Doc. 23

Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas

em colaboração entre a Faculdade de Direito da
Universidade Eduardo Mondlane e a
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Maputo - 2019

Programa:

Direito Civil (Obrigações) – I Módulo

Regente: Prof. Doutor Januário da Costa Gomes (FDUL)

Período letivo: 25 a 28 de março de 2019

Direito Civil (Reais) – I Módulo

Regente: Prof. Doutor José Luís Ramos (FDUL)

Período letivo: 15 a 19 de abril de 2019

Direito Comercial – I Módulo

Regente: Prof. Doutor Almeida Machava (FDUEM)

Período letivo: 13 a 17 de maio de 2019

Metodologia da Investigação Científica – I Módulo

Regente: Prof. Doutor Teodoro Waty (FDUEM)

Período letivo: 10 a 14 junho de 2019

Direito Civil (Reais) - II Módulo

Regente: Prof.^a Doutora Catarina Salgado (FDUL)

Período letivo: 1 a 5 de julho de 2019

Direito Civil (Obrigações) – II Módulo

Regente: Prof. Doutor Dário Moura Vicente (FDUL)

Período letivo: 15 a 19 de julho de 2019

Direito Comercial – II Módulo

Regente: Mestre Manuel Guilherme Jr. (FDUEM)

Período letivo: 12 a 16 de agosto de 2019

Metodologia da Investigação Científica – II Módulo

Regente: Prof. Doutor Henriques Henriques (FDUEM)

Período letivo: 16 a 20 de setembro de 2019

Cada módulo terá a duração de dez horas de aulas lecionadas em horário pós-laboral
Datas sujeitas a alteração

I CURSO DE MESTRADO EM DIREITO JUDICIÁRIO (TESES)
Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade Zambeze
Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

ALBERTO SALIFU AMADE	A SUJEIÇÃO DAS DECISÕES DA COMISSÃO DE ELEIÇÕES AO ESCRUTÍNIO DA JUSTIÇA CONSTITUCIONAL: Regime do Processo do Contencioso Eleitoral Moçambicano	Orientador: Prof.ª CARLA AMADO GOMES	Arguente: Prof. LUÍS PEREIRA COUTINHO
ESTRELINO ALFREDI DUVANE	O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO REPRESENTANTE DO ESTADO EM JUÍZO: ALGUNS DILEMAS	Orientador: Prof.ª CARLA AMADO GOMES	Arguente: Prof. LUÍS PEREIRA COUTINHO
CARLOS DOMINGO MADEIRA JUNIOR	A PROBLEMATICA DA FIXAÇÃO DO QUANTUM ALIMENTÍCIO FACE AO CONTRADITÓRIO DEFERIDO	Orientador: Prof. RUI PINTO	Arguente: Prof. JOSÉ LUÍS RAMOS
AUGUSTO ERNESTO NHAGUILUNGUANA	A RESPONSABILIDADE DO REQUERENTE POR PROVIDÊNCIA CAUTELAR INJUSTIFICADA	Orientador: Prof. RUI PINTO	Arguente: Prof. JOSÉ LUÍS RAMOS
ERNESTO VÉQUINA PEDRO MUEHA	A IRRECORRIBILIDADE DAS DECISÕES DO CONSELHO CONSTITUCIONAL MOÇAMBICANO	Orientador: Prof.ª CARLA AMADO GOMES	Arguente: Prof. JAIME VALLE
PEDRO ALEXANDRE LOPES TAMELE	FIZCALIZAÇÃO PREVENTIVA DA CONSTITUCIONALIDADE EM MOÇAMBIQUE: OBJECTO, NATUREZA E EFEITOS	Orientador: Prof.ª CARLA AMADO GOMES	Arguente: Prof. JAIME VALLE
FRANCISCO SABINE	A ACÇÃO POPULAR PARA DEFESAS DOS INTERESSES INDIVIDUAIS NO DIREITO DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO MOÇAMBICANO	Orientador: Prof.ª CARLA AMADO GOMES	Arguente: Prof. JAIME VALLE
CASTRO BENATE	A RECORRIBILIDADE DAS SENTENÇAS ARBITRAIS EM MOÇAMBIQUE	Orientador: Prof. DÁRIO MOURA VICENTE	Arguente: Prof.ª CATARINA SALGADO
LUIS ANDRE CHAKHALA	A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS LABORAIS POR VIA DE ARBITRAGEM NO ORDENAMENTO JURÍDICO MOÇAMBICANO	Orientador: Prof. DÁRIO MOURA VICENTE	Arguente: Prof.ª CATARINA SALGADO